



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

V Legislatura

Número: 34

II Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 26 de Janeiro de 1994

Presidente: *Deputado Madruga da Costa.*

Secretários: *Deputados Gaspar da Rosa (substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado José Aguiar) e Hélio Pomb).*

Sumário

Os trabalhos tiveram início pelas 15,20 horas.

Uma vez mencionada a correspondência entrada na Mesa, procedeu-se à continuação da apreciação do Voto de Saudação presente pelo PCP, pela greve dos Trabalhadores da Função Pública, voto este proveniente da Sessão anterior.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Fernando Menezes (*PS*), Alvarino Pinheiro (*CDS/PP*), Jorge Cabral (*PSD*) e Francisco Sousa (*PS*).

O voto em apreço, foi rejeitado por maioria.

Logo de seguida, desta feita pelo CDS/PP, foi presente um Voto de Congratulação visando a decisão do Executivo Regional em liberalizar a "Política Aérea e pela forma como conduziu e defendeu a liberalização das Escalas Técnicas nos Aeroportos dos Açores".

Este voto foi aprovado por maioria, tendo proferido intervenções os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (*CDS/PP*), Dionísio Sousa (*PS*), Jorge Valadão (*PSD*), e Paulo Valadão (*PCP*).

Posteriormente, deu-se início ao tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante para a Região, em que intervieram, a diverso título, a Sra. Deputada Lisete Silveira (*PS*) e os Srs. Deputados Fernando Menezes (*PS*), Manuel Serpa (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Rui Melo (*PSD*), Fernando Lopes (*PS*), Rui Ávila (*PS*), Fernando Fonte (*PS*), António Gomes (*PS*), Manuel Gil Ávila (*PSD*), Homem de Gouveia (*PSD*), Manuel Brasil (*PSD*), José Manuel Nunes (*PSD*) e Gaspar da Rosa (*PSD*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Agricultura e Pescas (*Adolfo Lima*), da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (*Natalino Viveiros*) e do Turismo e Ambiente (*Eugénio Leal*).

Finalmente, deu-se início ao Período da Ordem do Dia, com a apreciação do 1.º diploma agendado, ou seja, a Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a "Actividade do Comércio a Retalho", sendo esta aprovada por unanimidade, na generalidade e na especialidade, à excepção do n.º 1, alínea d) do artigo 5.º, que foi aprovado por maioria.

Sobre este assunto, usaram da palavra os seguintes Srs. Deputados: Victor Evaristo (*PSD*), Mário Machado (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*) e Manuel Brasil (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Juventude, Comércio, Emprego, Indústria e Energia (*Gaspar da Rosa*).

Tendo-se atingido a hora regimental, os trabalhos terminaram, ficando a restante ordem do dia agendada para o dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 20,00 horas.

Presidente: Srs. Deputados, muito boa tarde. Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

(Eram 15:20 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: PSD - Alberto Madruga da Costa, Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, Manuel Ávila, António Almeida, Artur Martins, José Gomes, Gaspar da Rosa, Humberto Melo, João Cunha, Jorge Valadão dos Santos, Homem de Gouveia, Rui Luís, Jorge Cabral, Manuel Amaral, José Nunes, José Gonçalo Botelho, José Maria Bairos, José Aguiar, Gustavo Medeiros, Manuel Brasil, Carlos Morais, Fátima Oliveira, Mark Marques, Rosa Maria Machado, Rui Melo, Victor Cruz; PS - António Gomes, Carlos Mendonça, Carlos César, Dionísio Sousa, Fernando Fonte, Fernando Meneses, Fernando Lopes, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, Lisete Silveira, Duarte Pires, Manuel Serpa, Mário Machado, Nélia Figueiredo, Ricardo Barros, Rogério Serpa; CDS/PP - Alvarino Pinheiro; PCP - Paulo Valadão; Deputado Indep. - Manuel António Martins).

Presidente: Estão presentes 48 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início ao Período de Antes da Ordem do Dia com a leitura da correspondência entrada na Mesa.

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Um ofício da Comissão Representativa de Trabalhadores Portugueses ao Serviço das FEUSAÇORES emitindo cópias dos ofícios n.ºs 157. CRT/2; 158. CRT/4 e 159. CRT/20, bem como documentos em anexo, enviados respectivamente ao Exm.º Comandante das FEUSAÇORES; Exm.º Comandante do Comando Aéreo dos Açores e Exm.º Ministro da República para os Açores.

(Os documentos acima mencionados encontram-se arquivados no respectivo processo).

Secretário (*Hélio Pombo*): Do Grupo Parlamentar do PSD, um ofício comunicando a suspensão de mandato da Sra. Deputada Manuela Fernanda Castro Soares, a partir

do dia 1 de Janeiro até ao dia 31 de Março de 1994, por motivo da sua actividade profissional.

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Do Sr. Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, um ofício comunicando que o substituto legal do Sr. Deputado Manuel Ribeiro Arruda é o candidato não eleito pelo círculo eleitoral de S. Miguel, Sr. Gustavo Manuel Frazão de Medeiros.

Secretário (*Hélio Pombo*): Do Sr. Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, um ofício do seguinte teor:

"Conforme determina o n.º1 do Artigo 4.º, e em virtude do Sr. Deputado José Fernando Diniz Gomes, se encontrar, a partir do dia 3 de Janeiro de 1994, na situação prevista na alínea i), n.º1 do artigo 22.º ambos do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, nos termos do n.º 2 do artigo 9.º do referido Decreto Legislativo Regional, e de acordo com o n.º 3 do artigo 30.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, comunico a Vossa Excelência que o candidato não eleito pelo círculo eleitoral da Terceira Sr. Manuel Lourenço Areias Amaral, cuja verificação de poderes ocorreu no dia 9 de Dezembro de 1992, é o substituto legal do mesmo.

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Do Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, um ofício comunicando que no impedimento do Sr. Deputado António José Bettencourt Silveira, o substituto legal do mesmo é o Sr. Manuel Gil Berquó Ávila.

Secretário (*Hélio Pombo*): Do Sr. Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, um ofício comunicando o nome dos Srs. Deputados que passam a fazer parte das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e que passo a citar:

"- Comissão Permanente:

Victor Cruz, José Maria Bairos, Gaspar da Rosa, Artur Martins e Jorge Cabral.

- Comissão Permanente de Organização e Legislação:

- João Cunha, José Manuel Nunes, Rui Melo, Manuel Amaral, Ana Carolina, Manuel Gil Ávila e José Maria Bairos.

- Comissão Permanente de Política Geral e Assuntos Internacionais:

- José Maria Bairos, Artur Martins, Jorge Cabral, José Armas Gomes, Manuel Amaral, Jorge Valadão e José Aguiar.

- Comissão Permanente de Economia, Finanças e Plano:

- Victor Evaristo, António Almeida, Rui Luís, Humberto Melo, Manuel Brasil, Gaspar da Rosa e Manuel Gil Ávila.

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Da Direcção do Grupo Parlamentar do PS, um ofício comunicando a suspensão de mandato do Sr. Deputado José António Martins Goulart e que a substituta legal do mesmo, é a Sra. Deputada Maria Lisete Serôdio Alexandre da Silveira.

Secretário (*Hélio Pombo*): Do Sr. Deputado do PS, Luís António Vieira de Brito de Azevedo, um ofício comunicando a sua suspensão de mandato entre os dias 1 de Janeiro e 30 de Junho de 1994.

- Um requerimento do Sr. Deputado do Partido Comunista Português, Paulo Valadão, do seguinte teor:

"Exmo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

A dissolução da ZOFRAM, empresa concessionária da Zona Franca de Santa Maria, é demonstrativa da impossibilidade de concretizar os objectivos económicos que foram apresentados como sendo o fundamento da decisão governamental de ser criada tal Zona Franca.

Cabe recordar que, ao longo dos anos, nesta Assembleia Legislativa Regional, quer deputados dos partidos da oposição, quer mesmo Comissões Especializadas da Assembleia questionaram, permanentemente, o Governo Regional sobre a questão da Zona Franca e da sua viabilidade.

Não obstante essa constante pressão política há questões que estão por esclarecer e são de fundamental importância.

Assim, nos termos Regimentais e Estatutários aplicáveis requero ao Governo Regional que me sejam respondidas com a maior urgência as questões seguintes:

1) Ao longo dos anos quanto foi gasto pelo Governo Regional em estudos e pareceres relativos à Zona Franca de Santa Maria? As verbas gastas a que estudos dizem respeito?

2) Que acções de promoção através de visitas, publicações e convites diversos foram realizados?

Quanto se gastou com essas iniciativas?

3) A criação da ZOFRAM, com participação da Região, fez com que nela fossem empenhados recursos públicos.

Quanto custou à Região, em capital social, incentivos e outros custos, a actividade da ZOFRAM?

4) A instalação da área da Zona Franca foi feita com recursos públicos.

Quais os custos, quanto à utilização e preparação do terreno, construção de infraestruturas, vedação e outras acções necessárias?

5) Que perspectiva tem actualmente o Governo, quanto à Zona Franca de Santa Maria?

Pretende-se manter um situação de custos sem contrapartida?

Pretende-se promover a sua extinção legal, já que, na prática não existe?

6) Qual o parecer do Governo sobre as causas do evidente fracasso deste projecto ?

Pretende o Governo assumir a responsabilidade política e pública de ter criado falsas e infundamentadas perspectivas à população de Santa Maria?

Sala das Sessões, 25 de Janeiro de 1994

O Deputado Regional do PCP, Paulo Valadão".

- Do Sr. Deputado do Partido Socialista, António Gomes, o seguinte requerimento:

A pecuária é a principal actividade primária da Ilha de São Jorge e é a que mais peso tem no contexto económico desta Ilha.

Presentemente a produção de leite com destino ao fabrico de queijo de São Jorge ronda os 22.000.000 (vinte e dois milhões) de litros por ano.

As vacas leiteiras, na época de maior produção, pastam em zonas altas, algumas das quais sem acesso rodoviário que conseqüentemente dificulta a vida dos lavradores e faz perigar a qualidade do queijo (por razões que se prendem não só com atrasos no transporte do leite para as fábricas, mas sobretudo por ser impossível o transporte de água em qualidade e quantidade para os animais e devida higiene na ordenha).

-Considerando o acima exposto e o facto da Ilha de São Jorge necessitar de uma atenção especial neste sector, por ser uma zona demarcada, produzindo um queijo de marca registada sujeito a competir em mercados agressivos;

Ao abrigo das disposições regimentais em vigor, requeiro ao Exmo Senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas as seguintes informações:

1º Quais os caminhos de acesso a explorações agrícolas que pretende o Governo executar na vigência do corrente plano anual?

2º Ao nível de rompimento de Caminhos, quantos quilómetros prevê o Governo realizar, naquela Ilha até ao término do plano 93/96, e em que zonas?

Horta, 24 de Janeiro de 1994

O Deputado Regional, António Gomes".

Secretário (Gaspar da Rosa): Um requerimento do Sr. Deputado António Gomes do seguinte teor:

"Considerando que as Obras de Construção Civil do Edifício da lota do porto da Calheta já estão concluídas, estando esta estrutura a funcionar dentro de determinadas limitações, pelo facto de ainda não ter sido equipada com o sistema de frio;

Considerando a extraordinária importância, sobretudo para os pescadores, da entrada em funcionamento das Câmaras de frio da estrutura acima referida;

Ao abrigo das disposições regimentais em vigor requero ao Governo Regional que me informe para quando a montagem do equipamento de frio no edifício da lota supramencionado.

Horta, 24 de Janeiro de 1994

O Deputado Regional, António Gomes".

Secretário (Hélio Pombo): Do Sr. Deputado do PS António Gomes, um requerimento que diz o seguinte:

"Em planos anteriores dos Governos Regionais dos Açores e no âmbito das pescas, foram programadas acções que diziam respeito à ampliação do porto do Norte Grande e reparação da respectiva rampa de varagem.

Neste pressuposto, o plano respeitante aos anos de 1989 pretendia encetar os objectivos acima referidos com a elaboração do projecto ou projectos para os investimentos acima mencionados.

O Plano do ano seguinte, ou seja, o de 1990, ainda falava das obras em questão.

- Considerando que já está em curso a execução do 2º plano anual do V Governo Regional e sobre este assunto pouco se conhece;

- Considerando que contribuirá acentuadamente para a economia de S. Jorge, o melhoramento desta estrutura portuária e permitirá uma desejável segurança a todos

os pescadores que pescam na zona Norte de São Jorge, desprovida de qualquer porto que os proteja de uma tempestade;

Ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis solicito ao Exmo. Senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas, que me forneça, se possível, fotocópia da planta referente ao projecto do melhoramento da estrutura acima referida e me informe se este Governo Regional tenciona ou não executar este investimento?

Em caso afirmativo para quando o início dos trabalhos?

Horta, 24 de Janeiro de 1994

O Deputado Regional *António Gomes*".

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Do Sr. Deputado António Gomes do PS, o seguinte requerimento:

"Na anterior legislatura, mais concretamente a 28 de Janeiro de 1992, deu entrada na Assembleia Legislativa Regional dos Açores um requerimento apresentado por mim e que pedia um esclarecimento ao Governo Regional sobre a eventual reabilitação do troço da Estrada Regional nº 1-2ª entre o quilómetro 10 e o aeródromo de São Jorge (conhecido na gíria popular por recta dos moinhos).

O requerimento acima referido teve razão de ser, não só pelo estado caótico em que se encontra a plataforma deste troço de estrada mas também pelo facto de se apresentar com 5 metros de faixa de rodagem; situação essa desagradável e perigosa para uma zona onde se verifica, garantidamente, o maior fluxo rodoviário de São Jorge.

- Considerando que as obras de beneficiação deste troço são de extraordinária importância para os utentes destas vias, sobretudo ao nível da segurança rodoviária;

Ao abrigo das disposições regimentais em vigor solicito ao Exmo Senhor Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas Transportes e Comunicações que me informe se pretende este Governo Regional executar a correcção e reposição betuminosa do troço da Estrada Regional nº 1-2ª, entre o quilómetro 7 e 10 e caso afirmativo para quando o início dos trabalhos?

Horta, Sala das Sessões, 24 de Janeiro de 1994

O Deputado Regional do PS; *António Gomes*".

Secretário (*Hélio Pombo*): Do Sr. Deputado do PS António Gomes, um requerimento do seguinte teor:

"Ciclicamente a população do lugar da Fajã dos Vimes é bafejada por ventos de esperança que sopram em vésperas de eleições trazendo consigo as sistemáticas promessas que se prendem com a construção de um pequeno porto, da protecção da orla marítima e da electrificação deste lugar.

Quanto às obras marítimas supramencionadas, já fui informado de que o Governo Regional, através de duas das suas Secretarias já teria encomendado os estudos à Consulmar;

- Considerando que os estudos solicitados à empresa acima referida já remontam ao ano de 1989 ;

- Considerando que, provavelmente este Governo Regional já está tecnicamente habilitado a definir-se sobre a construção do pequeno porto, para este lugar, e da protecção da sua orla marítima;

Ao abrigo das disposições regimentais em vigor requeiro ao Governo Regional que me forneça, se possível, o parecer técnico da Consulmar referente aos dois assuntos atrás referidos e me informe se pretende ou não executar as respectivas obras. Em caso afirmativo para quando o arranque das mesmas?

Horta, 24 de Janeiro de 1994

O Deputado Regional, António Gomes".

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Um requerimento do Sr. Deputado António Gomes do PS que diz o seguinte:

"No Plano a Médio Prazo 88/92, o Governo Regional programou a construção e equipamento de 8 Centros de Formação Profissional Agrícola, e de entre estes, um seria em São Jorge.

É do meu conhecimento que responsáveis pelo sector agro-pecuário teriam encetado diligências no sentido de tornar realidade a execução de um Centro na Ilha já acima citada.

Sabendo-se da importância que representa a formação profissional, em qualquer área, não nos devemos esquecer que ao nível da actividade agro-pecuária, tem para São Jorge um papel fundamental que se justifica pelos números de jorgenses dependentes

deste sector e, pela exigência de "produzir melhor" única forma segura de se reagir a mercados de grande competição.

- Considerando o acima exposto e o facto de não estar explícito no P.M.P. 93/96 a Construção do Centro de Formação Profissional Agrícola em São Jorge;

Ao abrigo das disposições regimentais requero ao Exmo Senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas que me informe se a estrutura acima referida será executada por este V Governo, e em caso afirmativo quando?

Horta, 24 de Janeiro de 1994

O Deputado Regional António Gomes".

Secretário (Hélio Pombo): Do Sr. Deputado do PS António Gomes, o seguinte requerimento:

"A reforma Política Agrícola Comum aponta para a necessidade de se equilibrar os mercados.

Neste sentido cria condições para se arborizarem terras agrícolas, compensando os agricultores pela perda de rendimentos, tal como explicita o regulamento (C.E.E., nº 2080/92.

A norma Comunitária acima referida poderá á partida verificar-se incompatível, com o necessário processo de arroteias em São Jorge, e o que na realidade se torna importante é proporcionar uma melhor qualidade de vida às populações, e neste caso aos jorgenses, sobretudo para sobreviverem na sua Terra.

Também considero que todo e qualquer processo de arroteias deverá ser executado tendo em vista o enquadramento ambiental, mas reconheço que há vastas parcelas de terreno inulto em São Jorge, que justificam uma intervenção sem prejuízo para o ambiente e facilitam a própria arborização.

Sendo assim, ao abrigo das disposições regimentais requero ao Exmo Senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas que me informe se serão ou não executadas arroteias em São Jorge no decurso do presente P.M P.? Em caso afirmativo em que zonas?

Horta, 24 de Janeiro de 1994

O Deputado Regional, António Gomes".

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Do Sr. Deputado António Gomes do PS, um requerimento que diz o seguinte:

"Em 26 de Janeiro de 1993 requeri informações ao Governo que se prendiam com a reabilitação do porto da Calheta, tendo sido parcialmente informado, a 11 de Novembro de 1993 pelo Exmo. Senhor Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações de que a empreitada de aprofundamento da rampa do varadouro do supracitado cais só poderia ser executada no próximo Verão. Tendo em vista que, ao requerente lhe interessa, sobretudo, saber se o Governo Regional tenciona ou não executar obras de beneficiação neste porto, por forma a permitir a desejável acostagem do navio Espírito Santo e a garantir um maior número de escalas do Cruzeiro das Ilhas.

Ainda considerando que, sua Ex^a. o Senhor Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, aquando da discussão do P.M.P. 93/96 informou o plenário da A.L.R.A. da inclusão, nesse documento, de obras no porto da Calheta;

Ao abrigo das disposições Estatutárias e Regimentais solicito ao Governo Regional a descrição das obras que pretende executar na estrutura acima referida, mencionando a data provável para o início de cada um dos trabalhos, e se possível a cedência de uma fotocópia da planta do respectivo projecto.

Horta, 24 de Janeiro de 1993

O Deputado Regional, António Gomes".

- Do Sr. Deputado António Gomes do PS, um requerimento do seguinte teor:

"Desde há vários anos que se fala da construção de gares para passageiros nos dois portos da Ilha de S. Jorge.

Também considero que não faz sentido construir-se uma gare para passageiros no porto da Calheta, enquanto este não tiver condições de operacionalidade.

Contudo, no ano de 1991, dizia a então Directora Regional dos Transportes e Comunicações, Exm^a. Senhora Dr^a. Berta Cabral, que a execução das gares acima referidas iniciar-se-iam após as obras de ampliação e pavimentação do cais das Velas.

- Considerando que as obras de ampliação e pavimentação do cais supracitado estão concluídas há mais de 2 anos;

- Considerando que o plano do Governo Regional referente ao corrente ano, nada nos diz quanto às acções acima mencionadas;

Ao abrigo das disposições Regimentais e Estatutárias em vigor, requeiro ao Governo Regional que me informe se a obra referente à gare para passageiros no porto das Velas, será ou não executada na vigência do P.M.P. 93/96 e em caso afirmativo quando se prevê o início dos trabalhos.

Horta, 24 de Janeiro de 1994

O Deputado Regional, António Gomes".

- Da Presidência do Governo, através da Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, resposta a requerimento do Sr. Deputado Rogério António Mendonça Serpa, sobre "Redução do Quadro de Pessoal do Aeroporto das Flores e do Horário de Funcionamento do Aeroporto".

"Em resposta aos ofícios n.ºs 5090 e 5124 do Gabinete da Presidência da Assembleia Regional relacionados com o assunto designado em epígrafe, encarrega-me sua Excelência o Secretário Regional de informar V. Ex.^a que se confirma a decisão de implementação do novo horário de serviço diário no referido Aeroporto, das 9H30 às 16H30 locais, horário mais de acordo com a utilização efectiva dos voos regionais efectuados pela SATA.

A SATA, comunicou-nos também que o novo horário agora implementado nas Flores integra-se perfeitamente no actual plano de voos que a SATA realizará para aquela ilha.

Em termos da exploração ANA-EP o novo horário permite economizar a utilização de um dos turnos de pessoal, não afectando as respectivas condições técnicas de operacionalidade e segurança ficando assegurada a assistência ao tráfego como tem sido prestada até à tomada daquela decisão.

Com os melhores cumprimentos.

O Adjunto do Secretário Regional, Eduardo de Medeiros".

Secretário (Hélio Pombo): Da Presidência do Governo, através da Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, resposta a requerimento do Sr. Deputado Paulo António de Freitas Valadão do Partido Comunista Português, sobre "Redução

do Quadro de Pessoal do Aeroporto das Flores e do Horário de Funcionamento do Aeroporto":

- Da Presidência do Governo, através da Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, resposta a um requerimento do Sr. Deputado Francisco Sousa, sobre "Parque Desportivo da Ribeira Grande" e que é do seguinte teor:

"Em resposta ao ofício n.º 5187 do Gabinete da Presidência da Assembleia Regional, relacionado com o assunto designado em epígrafe, encarrega-me Sua Excelência o Secretário Regional de informar que através da Resolução n.º 167/92, de 3 de Setembro, foi aprovado o programa base para o Parque Desportivo da R. Grande e que foi autorizada a abertura do concurso público para a concessão, projecto e construção do parque referido, pelo preço base de 320 mil contos, prevendo-se para o 4.º trimestre do ano em curso a adjudicação daquela obra.

Com os melhores cumprimentos.

O Adjunto do Secretário Regional, Eduardo de Medeiros".

Secretário (Gaspar da Rosa): Da Presidência do Governo, uma Proposta de Decreto Legislativo Regional N.º 1/94 - Autorização de Instalação de Grandes Áreas de Superfícies Comerciais.

- Também da Presidência do Governo, uma Proposta de Decreto Legislativo Regional N.º 3/94 - Aplicação na Região do Regime de Operação Portuária.

Secretário (Hélio Pombo): Da Presidência do Governo, uma Proposta de Decreto Legislativo Regional N.º 2/94 - Redes de Portos da Região.

Secretário (Gaspar da Rosa): Da Presidência do Governo, uma Proposta de Decreto Legislativo Regional N.º 4/94 - Aplicação na Região do Regime de Trabalho Portuário.

Secretário (Hélio Pombo): Também da Presidência do Governo, uma Proposta de Decreto Legislativo Regional N.º 5/94 - Proposta de Emenda ao Artigo 1.º da Proposta de Decreto Legislativo Regional N.º 12/93 - Medidas Cautelares das Bacias Hidrográficas das Lagoas Pertencentes ao Domínio Público Lacustre da Região.

Presidente: Srs. Deputados, terminámos este ponto da leitura do expediente entrado na Mesa. Por isso, passamos ao período seguinte dos nossos trabalhos de Antes da Ordem do Dia, com a apreciação dos votos entrados na Mesa.

Temos um Voto que veio para apreciação da Sessão de ontem, ou seja, o Voto de Saudação apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Valadão do Partido Comunista Português e temos ainda um Voto de Congratulação que foi apresentado pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro da Representação Parlamentar do Centro Democrático Social/Partido Popular.

Vamos, em primeiro lugar, apreciar o Voto de Saudação que vem da Sessão de ontem e como tal está aberta a discussão sobre o mesmo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Consideramos que o Voto de Saudação que ontem aqui apresentámos, trouxe a possibilidade de podermos discuti-lo depois de atendermos e de sabermos como efectivamente decorreu a greve. Aliás, como dizemos no Voto, esta foi convocada pelos Sindicatos da CGTP, da UGT e Independentes.

Por isso, basta olharmos, por exemplo, para os títulos dos jornais que se publicam no nosso país, para ficarmos com a noção do que esta luta foi dos trabalhadores e com especial destaque, os trabalhadores da Função Pública.

(Aparte inaudível do Deputado Jorge Valadão)

O Orador: Nós verificamos...

Já lá vamos, Sr. Deputado! Já lá vamos!

Em relação ao continente, diz-se que é uma greve histórica. Por exemplo, diz-se que é a maior de sempre. Um outro título de jornal, diz: "Sindicatos reivindicam níveis de adesão de 85%".

O Sr. Deputado do Partido Social Democrata estava a perguntar na Região?!

Na Região a situação é exactamente aquela que foi no país. Por exemplo, em S. Miguel, das Escolas Preparatórias e Secundárias fecharam 12. Na Terceira as Escolas Preparatórias e Secundárias de Angra e da Praia da Vitória fecharam. Mesmo na Horta, a Escola Preparatória fechou. Mesmo nas ilhas pequenas, por exemplo, em São Roque do Pico, bem como em S. Jorge houve escolas que fecharam. Na Horta

estiveram totalmente encerrados, o Cartório Notarial, o Museu, o Registo Civil, a Direcção de Viação. Nas Flores, as Obras Públicas também não funcionaram.

Com isto, podíamos dar um série de exemplos onde ficou comprovado que a adesão dos trabalhadores da Função Pública a esta greve, foi feita de molde completamente diferente daquilo que aconteceu em lutas anteriores. Os trabalhadores da Função Pública lutam com a razão da mesma e lutam de forma consciente e unidos perante a situação existente. Neste momento, só poderão conseguir que o Governo vá ao encontro das suas pretensões.

Por isso mesmo, nós consideramos que a saudação que propomos aos trabalhadores é importante, é necessária e é de facto válida hoje como era ontem.

Daí que consideramos de extrema importância este Voto de Saudação.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata utilizou ontem de uma forma inteligente, o expediente dilatatório para não tratar este tema no momento em que ele deveria ser tratado, ou seja, no momento em que os trabalhadores da Função Pública estavam a fazer greve.

De qualquer modo, eu penso que apesar de tudo, a mensagem passou.

Do ponto de vista do Partido Socialista, a proposta de aumentos salariais para a Função Pública apresentada pelo Governo, acompanhada igualmente do aumento dos valores de contribuição para a Caixa Geral de Aposentações, é do nosso ponto de vista injusta e inaceitável.

Sacrificar rendimentos destes trabalhadores em função de uma política macro-económica, mais preocupada em apresentar a terceiros, determinados índices de sucesso e ainda por cima "dar com uma mão e tirar com a outra", é em minha e em nossa opinião indigno e ofensivo dos direitos dos trabalhadores da Função Pública.

Nesta conformidade, o Partido Socialista acolhe o Voto de Saudação apresentado pelo PCP e vai votar favoravelmente.

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do CDS/Partido Popular está solidária com este Voto de Saudação.

Embora reconhecendo a preocupação do Deputado Paulo Valadão de trazer a esta Câmara o impacto que a jornada de luta de ontem teve na comunicação social e daí traduzir a ilação para o conjunto.

Na nossa óptica, não é relevante a maior ou menor adesão que possa estar subjacente a este processo de luta dos trabalhadores da Função Pública, porque - Sr. Presidente e Srs. Deputados - se a memória não nos falha, o que está acontecendo neste país em relação aos funcionários públicos é caso único na história deste país e o que está aqui em jogo é uma redução do salário real da ordem de vários pontos percentuais.

Por conseguinte, - um pouco à laia de graça - podia dizer que até me admiro que se houver uma maioria de funcionários que esteja contra estas medidas, porque a maioria do povo Português apóia este Governo e apóia esta política. Portanto, quem apóia a política do Professor Cavaco Silva devia estar a trabalhar, a trabalhar bem e depressa e cada vez mais, com mais horas extraordinárias porque efectivamente estão solidários com a mesma.

Daí que, quem devia estar em greve, deveria ser os trabalhadores não apoiantes da política do Professor Cavaco Silva.

Por isso mesmo, eu congratulo-me com estes números porque significa que houve muitos sociais democratas que estiveram em greve e como tal acho que estão em contradição consigo próprios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós também votamos favoravelmente este Voto de Saudação, porque neste momento estes trabalhadores confrontam-se com uma total insensibilidade do Governo da República para a fixação, no mínimo, de um aumento salarial compatível com a manutenção dos salários reais.

O CDS/Partido Popular até compreende a necessidade de se proceder ao agravamento em 2% dos descontos para a Caixa Geral de Aposentação e se calhar ainda como valor insuficiente para a situação de desequilíbrio que afecta este sistema. Só que tal, não se deve realizar à custa da redução do poder de compra dos trabalhadores da Função Pública e muito menos à sua exclusiva custa.

O CDS/Partido Popular até compreende e defende que se deve racionalizar e reformular o funcionamento da administração, mas repudia que a contenção das despesas correntes seja feita à custa da redução dos salários reais dos trabalhadores da Função Pública.

As propostas do Governo da República que preconizam um aumento nominal de zero pontos percentuais, é inaceitável porquanto faz diminuir o salário real num montante igual ao da inflação esperada.

Por isso, o CDS/Partido Popular saúda a justa luta dos trabalhadores da Função Pública e solidariza-se com as suas legítimas e profundas preocupações.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há alturas em que um governo ou quem governa tem que tomar decisões impopulares, realistas e pouco simpáticas para a generalidade dos nossos concidadãos.

O que está aqui em apreciação, para além do Voto de Saudação apresentado pelo Partido Comunista Português, não colide com a nossa postura perante os mais elementares e democráticos direitos dos trabalhadores à greve, à procura de qualidade vida melhor, à procura de satisfação das suas necessidades.

Todos nós sabemos que o País e a Europa atravessam uma crise da qual ainda não há sinais de recuperação e cada estado membro da União Europeia tem metas a cumprir, no sentido de se alcançar a tão falada convergência económica prevista para os próximos anos em todo o espaço europeu.

Se em Espanha e em outros países da Comunidade, - mas no caso concreto de Espanha, os nossos vizinhos espanhóis - este aumento para o tecto salarial se situa nos 0%, em Portugal esta expressão não é tão rigorosa, mas como disse e muito bem o Sr. Deputado Fernando Menezes, se por um lado se faz uma ligeira correcção no aumento salarial, por outro lado também obriga a que os descontos, neste caso concreto para a Caixa Geral de Aposentações, atinjam um valor mais ou menos semelhante.

No entanto, não é isso que está em causa. Ou seja, neste Voto de Saudação o que está em causa não é a nossa falta de solidariedade para com a justa luta dos trabalhadores, não é a falta de respeito por todos quantos trabalham e auferem dos seus vencimentos como resultado da sua prestação de trabalho, não é muito menos e seria demagógico interpretar o contrário, ou seja, a possibilidade e a abertura e a capacidade que o povo que vive num Estado Democrático e de Direito tem de recurso à greve. A greve é legítima, é respeitável e é enquadrada nos seus pressupostos constitucionais e por isso mesmo temos que a respeitar.

O problema não está aqui. O problema está em alguma demagogia emergente dos considerandos deste Voto de Saudação. Está na facilidade com que se aborda um problema que é bastante grave no nosso país e nalguns países da Europa e acima de tudo, é o facto de as negociações entre o Governo e os Sindicatos ainda estarem a decorrer e queiramos nós que cheguem a bom porto.

Por outro lado, também gostaria de dizer que esta contenção salarial tem a ver - e nunca é demais reafirmar isso - com os objectivos traçados e aprovados por unanimidade pelos 12 países da Europa, para que se consiga alcançar metas previamente traçadas pelos mesmos responsáveis da União Europeia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Que fique bem claro que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata não prescinde do mínimo do respeito que tem pelos trabalhadores, aliás, isto faz parte da nossa filosofia política e partidária. Temos respeito pela pessoa humana, temos respeito pelos seus anseios e melhor do que ninguém, nós temos contribuído com a nossa acção ideológica e pragmática para que a melhoria das condições de vida seja um facto bastante concreto e bastante visível, não só no nosso país como também na nossa Região Autónoma.

É óbvio que se no continente este aumento salarial ronda cerca de 72 milhões de contos, na nossa Região Autónoma esta verba atingiria um montante de 1 milhão de contos, o que numa época de "vacas magras", - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo - é talvez um pouco difícil e incomportável para as nossas possibilidades financeiras actuais.

Por tudo isto, nós - porque não dizê-lo com alguma pena! - vamos votar contra este Voto de Saudação, não só pela filosofia que está implícita nos considerandos que é e que toca, alguma demagogia e acima de tudo porque é muito mais fácil a quem está de fora e quem está na oposição pedir 10 milhões a mais ou 10 milhões a menos...

Presidente: Sr. Deputado Jorge Cabral, agradecia que terminasse porque o seu tempo está a esgotar-se.

O Orador: Eu já vou terminar, Sr. Presidente.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Pedir 10 milhões, pede o Governo Regional!

O Orador: É muito mais fácil...

O Sr. Deputado quer repetir, é porque eu não percebi?!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Pedir 10 milhões é o Governo Regional!

O Orador: Ah, está bem!

É muito mais fácil para quem está de fora das responsabilidades governativas, pedir, exigir aquilo que quem está no poder pode não ser possível conceder.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Termino, reafirmando a nossa inteira solidariedade para com a procura de melhores condições de vida e para com a justa luta dos trabalhadores que não podem de maneira nenhuma ser objecto de políticas demagógicas que escondem outros objectivos que não o real interesse das classes trabalhadoras.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, terminadas as intervenções, vamos votar este Voto de Saudação apresentado pela Representação Parlamentar do Partido Comunista Português.

Os Srs. Deputados que concordam com este Voto de Saudação, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Secretário: O Voto de Saudação apresentado pelo PCP, foi rejeitado com 26 votos contra do PSD, 18 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do Deputado Independente.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós consideramos que independentemente do querer de quem não permitiu a saudação aos trabalhadores da Função Pública, acreditamos - dizíamos nós - que os trabalhadores da Função Pública irão continuar a sua luta, não como ainda há pouco dizia o Sr. Deputado do PSD, a pedir seja o que for, mas a exigir que, efectivamente, lhes seja pago aquilo que lhes é devido. Ou seja, vão exigir que o seu poder de compra não continue a diminuir, ou melhor vão exigir que possam viver um pouco mais condignamente neste país.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Outra não podia ser a posição do Partido Socialista sobre este Voto, que não fosse o estar de acordo com ele, porquanto ficou demonstrado ontem que num quadro de grande precaridade de emprego na Administração Pública e de instauração de métodos autoritários e repressivos em inúmeros serviços e para isso bastaria lembrar o número de processos disciplinares com a lei dos disponíveis, para que nós estivéssemos de acordo com o mesmo.

Bastaria olhar para os níveis de adesão quer do pessoal auxiliar, quer do pessoal administrativo, quer do pessoal técnico das diferentes carreiras para aquilo que aconteceu nos Açores, para que nós de facto não pudéssemos ter outra posição que não fosse estar ao lado desses trabalhadores, dado que houve níveis de adesão de 70, 80 e 90% em muitos casos nesta Região e se mais não houve e se mais não haverá no futuro, é porque todos nós sabemos a dificuldade que se tem e esta Casa é um exemplo disso. Bastaria que ontem um simples funcionário desta Casa tivesse feito greve, para que a mesma não tivesse funcionado. Bastaria que sob esse funcionário, não pesasse o peso que pesa para sabermos que não era assim, mas queria seria diferente.

Não podemos deixar também de esquecer que a forma como o Governo tem feito propostas ofensivas e que põem em causa a dignidade dos trabalhadores da

Administração Pública, - porque lembro que são dos poucos que, conjuntamente, com todos os que trabalham por conta de outrém - são dos poucos que não podem ter nenhuma fuga ao fisco em Portugal.

Todos nós sabemos da incapacidade do Governo da República e eu direi do PSD em fazer legislação que obrigue de facto a que cada um pague consoante os rendimentos que tem. Por isso, é ver-se o sarilho que a Lei das Propinas tem dado neste país, exactamente pela incapacidade do Professor Cavaco Silva, do PSD, do Governo que sustenta em ter legislação que obrigue que - como se diz na minha terra - "cada cabra a pagar pelo seu pé".

Não podemos admitir de forma alguma que o Sr. Deputado Jorge Cabral, uma vez mais venha aqui falar de um aumento que será "desaumento" e lembraria que só na década de 60, um tal senhor de má memória chamado António Oliveira Salazar, conseguiu de facto fazer um aumento que foi um "desaumento".

Lembraria que de facto não são decisões impopulares aquelas que estão a tomar, são mais do que isso. Revoltam e revoltaram milhares e milhares de pessoas neste país.

Felizmente que quando se fala em convergência económica, se tem que falar noutra coisa que é poder de compra das pessoas. E em Portugal, infelizmente, nós temos os piores salários na Função Pública da Comunidade imediatamente a seguir da Grécia. Não se pode falar de contenção salarial sem que isso signifique maus salários, porque não há competitividade em qualquer sector sem haver qualidade de vida e condições de trabalho. O que se tem na Função Pública neste momento, é a não garantia do recebimento de salário, é não garantia do posto de trabalho, é a não garantia e já essa também da própria reforma. É isso que todas as pessoas que ontem estiveram em greve puseram em causa. É esta política deste Governo sustentado por um Partido que também está representado nesta Casa e que tinha a obrigação de ter um comportamento diferente.

Foi por isso que nós votámos este Voto e é por isso que estaremos sempre ao lado destes trabalhadores.

Presidente: Passamos à apreciação de um Voto de Congratulação apresentado pelo CDS/Partido Popular.

Agradecia ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que procedesse à sua apresentação.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"Voto de Congratulação

Considerando que a problemática das Escalas Técnicas da Aviação Comercial foi objecto de aprofundado e vivo debate na Assembleia Legislativa Regional, em Março de 93, com a participação de deputados de todas as bancadas;

Considerando que a Representação Parlamentar do CDS/Partido Popular apresentou uma Proposta de Resolução no sentido da Autorização para que o Aeroporto das Lajes prestasse assistência às Escalas Técnicas, e que tem defendido insistentemente, como outros deputados, a revogação da Resolução 36/80 em ordem à liberalização das Escalas Técnicas e da Política Aérea;

Considerando que o Governo Regional após uma primeira reacção favorável à aplicabilidade da Resolução 36/80, passou a defender o princípio da liberalização das Escalas Técnicas e da Política Aérea dos Açores, tendo anunciado ontem a revogação da Resolução 36/80.

Considerando que decorridos dez meses sobre a baixa à Comissão Parlamentar da Proposta de Resolução apresentada pelo CDS/Partido Popular, esta Assembleia não foi habilitada a pronunciar-se formalmente sobre a mesma;

Considerando finalmente que a posição do Governo Regional veio ao encontro das vontades expressas neste Parlamento e está conforme as competências e interesses da Região:

A Representação Parlamentar do CDS/Partido Popular propõe que a Assembleia Legislativa Regional aprove um Voto de Congratulação pela decisão do Governo Regional no sentido de liberalizar a Política Aérea e pela forma como conduziu e defendeu a liberalização das Escalas Técnicas nos Aeroportos dos Açores".

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deixem-me reafirmar, em primeiro lugar, que o PS não precisa de adiar para amanhã aquilo que sabe muito bem que deve fazer hoje. Para amanhã não ter uma posição diferente daquela que parece manifestar hoje, como acaba de acontecer neste momento.

Permitam-me fazer algumas considerações sobre este Voto de Congratulação que surge desactualizado no tempo, desactualizado nos pressupostos, invoca motivos sem fundamento político e sem fundamento jurídico.

Tudo isso foi demonstrado ontem, mas pela mesma pessoa que está falando neste momento.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (*Eugénio Leal*): Por quem, por quem?!

O Orador: Mas talvez convenha repetir, porque há alguns partidos que teimam em estar desactualizados e em seguir a reboque dos acontecimentos. Por isso, são numericamente aquilo que são e quando acordam para tentar ser alguma coisa diferente daquilo que são, têm que apanhar uma boleia qualquer. É a que estiver mais à mão e neste momento é a boleia que está à vista. Noutros momentos são outras boleias!

Mas vejamos a desactualização no tempo. Esta vem invocar o profundo e vivo debate de Março de 93. Desde esta altura passaram muitos meses, "passou muita água sobre as pontes", passou inclusivamente um debate de ontem a que aparentemente o CDS esteve ausente para continuar em 93. Vem-se alegar pressupostos que estão desactualizados e isso também foi demonstrado ontem e posso voltar a demonstrar de Estatuto na mão.

Posso voltar a demonstrar sobre a Convenção Internacional da Aviação Civil, posso continuar a demonstrar com as orgânicas da Direcção Geral da Aviação Civil, com as orgânicas do Ministério dos Transportes, mas não deve ser necessário porque seria efectivamente inútil. Mas o Estatuto - convirá lembrá-lo já que não vale a pena lembrá-lo nas próprias palavras, vou lembrá-lo nas palavras do Sr. Secretário Regional das Obras Públicas, Natalino Viveiros, que dizia em entrevista a um jornal de 22 de Janeiro:

"Apesar das condicionantes que a Base das Lajes tem, pode perfeitamente bem abrir-se à realização das escalas técnicas autorizadas, evidentemente, por entidades com competência na matéria que são a Direcção Geral de Aviação Civil e o Comando da Base Aérea".

Mas no meio disto tudo o que é que fazem as resoluções do Governo Regional?!

Não fazem coisa nenhuma, porque mais adiante esse Sr. Secretário diz que "o Governo Regional tem competência para se pronunciar sobre a política aérea". É isso que nós dizemos. Tem competência para se pronunciar e para ser ouvido sobre a política aérea.

O CDS parte de outro pressuposto, dizendo que a profissão do Governo Regional vem contra as vontades expressas neste Parlamento e está conforme as competências. No entanto, digo que não está conforme as competências. A resolução e a regulamentação da mesma não está conforme as competências da Região. Ou seja, está conforme as competências que aqui foram referidas.

O CDS vem-se congratular com quê?! É o que eu pergunto. Congratula-se com quê?! Congratula-se com aquilo que eu tenho aqui resumido sobre as decisões do Governo Regional. Congratula-se com aquilo que já existe e que já está feito, ou seja, que os voos inter-continentais regulares das companhias aéreas utilizarão os Aeroportos de Santa Maria, Ponta Delgada e Lajes, de acordo com o destino e origem dos utilizadores e dos interesses dos próprios operadores. Isso significa que o Governo Regional vem consagrar, inutilmente, em letra de comunicado e não sei se mais noutra letra qualquer, aquilo que já está a ser feito, o que dá exactamente a medida das suas competências. Daí que não possa nada nesse domínio, como já não pode na Resolução 36/80 em que dizia que a opção é pelas Lajes. Agora a opção é pelas opções que já estão a ser praticadas. Não há outra hipótese! É a sujeição aos factos e não é a sujeição à lei nem às opções do Governo Regional.

Depois acrescenta e aqui é que eu pergunto, em que é que o CDS se regozija, possivelmente na companhia de outros regozijantes?! As companhias aéreas que desejarem...

(Apartes inaudíveis dos Deputados Rui Melo e Jorge Cabral)

O Orador: É para os regozijantes todos!

Eu suponho que os Deputados que estão reclamando, devem estar satisfeitos pela forma como o Governo Regional conduziu e defendeu a liberalização das escalas técnicas dos aeroportos dos Açores. Eu parto deste pressuposto. Estou enganado, estarei enganado?!

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Olhe para o proponente!

O Orador: Mas então o CDS, veio-se congratular...

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Sim senhor.

Veio-se congratular com o quê?! Eu leio porque talvez este texto não esteja muito espalhado e muito conhecido. "As companhias aéreas que desejarem ou necessitarem de fazer escalas técnicas com voos não regulares nos Açores, poderão fazê-lo desde que as condições existentes nos aeroportos sejam consentâneas com os requisitos necessários à operação e para o efeito estejam certificados pelas entidades competentes na matéria".

Mas no meio disto tudo, o que é que vale esta resolução?! Está confessado que não vale coisa nenhuma. Valem as competências das entidades que superintendem na matéria...

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros): Procure, procure!

O Orador: O PSD e o Governo Regional neste assunto, estão exactamente compilados no "credo" ou melhor não estão fazendo absolutamente nada e entretanto o CDS vem-se regozijar com isso!

Nós sabemos com o que é que o CDS joga neste momento. Joga com aquilo que lhe é habitual. Por isso, o CDS é um só!

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros): Mas é agora!

O Orador: Pode jogar ora aqui, ora ali! Mas nós porque sabemos que o CDS joga no efeito político de conjuntura momentânea, porque pode fazê-lo perfeitamente como o cata-vento que está sozinho no pinado pode fazê-lo!

Deputado Jorge Cabral (PSD): Credo!

(Risos das bancadas do PSD e Governo)

O Orador: Nós também temos uma solução para esse problema do cata-vento.

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que terminasse a sua intervenção.

O Orador: Portanto, temos a nossa posição clara e que coincidia perfeitamente com aquilo que foi demonstrado ontem. O problema político de fundo, jurídico e técnico que ontem foi esclarecido e o efeito político de conjuntura. Temos armas para atender a essas duas situações.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros): Vocês têm armas, mas sem munições!

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PS e PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A iniciativa da Representação Parlamentar do CDS visa um Voto de Congratulação. Por isso, nunca imaginamos que isso pudesse ser considerado como um voto de ofensa ao Partido Socialista.

(Risos das bancadas do Governo e do PSD)

E a reacção que o Sr. Deputado Dionísio de Sousa teve só pode ser de uma pessoa afectada, ofendida, melindrada, confusa e de uma pessoa que precisava de alguma orientação no tema em apreço.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não precisava!

(Risos das bancadas do PSD e Governo)

Aquilo que o ilustre colega Deputado Dionísio de Sousa referiu como "catavento", no fundo e no caso em apreço, é uma caracterização que muito nos honra e explico em duas palavras.

O nosso entendimento de ser oposição nesta Casa, - e temos feito isso sistematicamente - é também a busca de uma tomada de posição em cada momento, de acordo com o que entendemos que é correcto e obviamente de acordo com a nossa consciência. Como nesta bancada só está uma consciência, é fácil estar-se em consciência.

O que acontece, no caso em apreço, é que não vem nenhum mal ao mundo pelo facto de apresentarmos este Voto de Congratulação po uma coisa que com a qual concordamos.

Por isso, nós congratulamo-nos com aquilo que aconteceu, porque como já demonstramos aqui, e lembro ao ilustre Sr. Deputado Dionísio de Sousa que o CDS não esteve ausente do debate de ontem - visto que temos 5 paginazinhas e uns apartes que foram ditos - e o que não esteve e não está, é em concordância com a posição que o Deputado Dionísio de Sousa manifestou ontem aqui. Embora respeitando, aliás ainda ontem o Deputado Jorge Valadão também o referiu, de que uma coisa é o respeito pela análise e pelo trabalho apresentado ontem pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa, mas permita que não estejamos em concordância com ele.

De resto, o nosso entendimento de resolução é sempre o mesmo, embora sem formação específica também sabemos que resolução não é lei, mas o facto é que, por um lado, ao longo destes 13 anos aquilo que a administração regional fixou em resolução, na altura foi - que se saiba - acatado pelas diversas entidades intervenientes e competentes na matéria. Portanto, se a resolução manifesta a vontade da administração regional naquela matéria e se os órgãos competentes a nível de aeronáutica e a nível militar acatam a vontade dos açorianos, através daquela resolução, para nós é quanto basta. Daí que seja bem melhor que seja Lisboa a decidir por nós.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): O PS pensa que não!

O Orador: E se aquela é a forma e se bem que no caso em apreço a dita resolução estava ultrapassada há muitos anos, nós também somos aqui daqueles que insistentemente referimos isso.

Por conseguinte, Srs. Deputados e Sr. Presidente do Governo, permitam-me que não consiga detectar nenhuma incoerência da parte desta nossa iniciativa.

Por isso, queríamos aproveitar para reconhecer perante o Plenário, que o Voto de Congratulação decorre na sequência lógica do que tem sido dito nesta Assembleia e das posições que o CDS/Partido Popular tem assumido, essas sim muito claras e idênticas ao longo dos períodos e que neste momento culminam na concordância com a resolução ontem anunciada pelo Governo Regional. Como tal, nós apoiamos aquilo que concordamos.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Tendo partido como partiu desta bancada a circunstância de trazer este problema e esta questão ao Parlamento, é óbvio que outra posição não poderemos ter relativamente a este Voto, senão o de o aprovar e fá-lo-emos por três ordens de razões.

Primeiro, porque a decisão do Governo Regional no sentido de liberalizar as Escalas Técnicas, é uma posição e uma decisão correcta. Visa acima de tudo salvaguardar e defender os interesses da Região.

Permite a utilização de todos os aeroportos da Região e com isso o aproveitamento integral dos recursos que a Região pode oferecer ao exterior.

Por outro lado, a par da decisão ser considerada correcta, este Voto também refere que se aprove não só a decisão mas o sentido como conduziu esta questão.

Houve determinação por parte do Governo Regional, no sentido de que esta decisão da liberalização das Escalas Técnicas fosse concretizada.

Neste Voto também está implícito, porque ninguém pode decidir sem ter competência e como acho que é importante face às afirmações preocupantes que assisti ontem nesta Casa, de que ninguém pode decidir a incoerência por este Voto, porque para

decidir é preciso ter competência. Para tal e conseqüentemente um dos considerandos desta proposta refere expressamente que a posição do Governo Regional foi ao encontro das vontades expressas neste Parlamento e está conforme as competências e interesses da Região.

Portanto, é no fundo para tomar uma decisão nesse sentido, é forçoso e por uma questão de coerência que se reconheça que o Governo Regional tem competência na matéria.

Ontem, ao contrário do esperado e durante todo este debate, nunca tinha ouvido o Partido Socialista que, por um lado, defende numa estrutura de ilha a liberalização e para quem a defende, isso implica necessariamente uma decisão e quem tem que decidir, tem que ter competência para o fazer. Acontece, que nunca pôs em causa essa competência. Ontem, para fugir, ou por convicção ou por estratégia, veio usar uma outra terminologia, não falando na liberalização mas falando, isso sim, na competência do Governo Regional.

Com todo o respeito pelo Dr. Dionísio de Sousa, embora não seja um eminente constitucionalista tal como sou, é uma interpretação que V. Ex.^a faz, mas é uma interpretação perigosa. É uma interpretação que vem a reboque de outras afirmações que visam, isso sim, uma cada vez maior interpretação restritiva das normas estatutárias...

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Quem é que a faz?!

O Orador: Não! É quem interpreta!

Portanto, nesse sentido e por todas estas razões, nós Partido Social Democrata votaremos a favor deste Voto.

Deputado Jorge Cabral (PSD): E agora?!

Presidente: Não há mais intervenções, daí que vamos votar este Voto de Congratulação apresentado pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, do Centro Democrático Social/Partido Popular.

Os Srs. Deputados que concordam com este Voto de Congratulação, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Ele votou contra e por isso não vai ser expulso!

(Risos da Câmara)

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado pelo CDS foi aprovado com 25 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do CDS, 3 votos a favor do PS...

Presidente: São 5 votos?!

(Risos da Câmara)

Srs. Deputados, vamos repetir os resultados por forma a que esta votação fique certa.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado pelo CDS foi aprovado por maioria, com 25 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 15 votos contra do PS, 1 voto contra do Deputado Independente e 1 voto contra do Deputado José Maria Bairos.

Presidente: Srs. Deputados, passamos ao terceiro ponto da nossa Ordem de Trabalhos. Antes, porém, voltamos a repetir o resultado da votação.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado com 25 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS, 1 voto a favor do PCP, 5 votos a favor do PS, 13 votos contra do PS, 1 voto contra do Deputado Independente e 1 voto contra do Deputado José Maria Bairos.

Presidente: Feitas estas necessárias correcções, vamos prosseguir com os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do Partido Comunista Português votou favoravelmente este Voto, porque consideramos que foi positivo e oportuno a liberalização da política aérea.

De qualquer modo, na medida em que abordaremos esta questão no Período de Antes da Ordem do Dia, em intervenção própria, daí que reservamos para essa altura o aprofundamento desta matéria.

Presidente: Terminamos, assim, este nosso ponto referente ao nosso Período de Antes da Ordem do Dia. Por isso, vamos entrar na terceira parte deste período, com as Intervenções de Assuntos de Interesse Político Relevante para a Região.

Para uma intervenção vou dar a palavra ao Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na minha intervenção vou abordar alguns aspectos daquilo que de facto tem sido discutido nos últimos tempos sobre a liberalização das Escalas Técnicas, por se levantarem algumas dúvidas, o que foi fácil ver ainda há bem pouco tempo, a confusão que vai à volta disto.

Por um lado, vemos o Partido Socialista a ir contra um Voto de Congratulação do CDS e depois votar a favor. Depois vemos um CDS que aparece à última da hora, porque de facto desde Março até agora não esteve nesta discussão, não esteve neste trabalho e, como é costume, aparece à última da hora com intuito de vir recolher alguns trunfos políticos por parte do seu eleitorado que está concentrado na Praia da Vitória. É pura e simplesmente isto!

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Não é verdade!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos últimos dias, a opinião pública regional foi confrontada com a discussão acesa sobre a tão falada "Liberalização das Escalas Técnicas".

Muito se escreveu, muito se falou sobre esta problemática, tudo em resultado da posição de força e chamada de atenção protagonizada por uma Comissão de marienses, sobre o perigo que tal medida teria para a Ilha de Santa Maria.

A preocupação dos Marienses com tal iniciativa baseava-se na incógnita de qual seria a actuação da ANA - EP em relação aos serviços dela dependentes na Ilha, na área do Aeroporto e Navegação Aérea.

Todos conhecemos o grande peso que esta empresa tem para a economia da Ilha, pelos altos salários que gera, contribuindo para o desenvolvimento do comércio local.

Santa Maria, por razões várias, ainda se encontra dependente da infraestrutura, que é o Aeroporto de Santa Maria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs Membros do Governo:

Todas estas preocupações foram transmitidas ao Presidente do Governo Regional, Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Ministro da República e, posteriormente, ao Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações.

No contacto com o Secretário de Estado, foi-nos esclarecida qual a posição do Governo no que concerne à ANA - EP, suas responsabilidades actuais e futuras, na manutenção do Aeroporto e Serviços de Navegação Aérea, na Ilha de Santa Maria.

Neste ponto, o esclarecimento deixou os responsáveis marienses mais tranquilos, tendo sido reafirmado que a TMA - Açores ficará em definitivo localizada em Santa Maria e que a ANA - EP, manterá a estrutura actual do Aeroporto sem alterações, obrigação esta que resulta de acordos internacionais subscritos por Portugal com os Estados Unidos da América.

No caso específico da liberalização das escalas técnicas, o Secretário de Estado foi peremptório em afirmar que tal liberalização já existia, uma vez que o Aeroporto de Ponta Delgada estava autorizado a realizá-las, dentro das restrições operacionais que o mesmo comporta. Implicitamente, não reconhecia força legal à Resolução n.º 36/80, principalmente no que se refere aos vôos intercontinentais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs Membros do Governo:

As declarações posteriormente proferidas através da Televisão, lançaram alguma confusão, porque a mensagem recebida foi a de que não haveria liberalização das escalas técnicas, quando, na verdade, a informação vinda do Secretário de Estado referia apenas que a liberalização não era nada de novo, porque de facto já funcionava, não alterando a situação do Aeroporto das Lajes no contexto actual, por este ser um Aeroporto militar, com estatuto especial, ou seja, qualquer operação comercial apenas poderá ser efectuada em **casos de emergência ou condições muito excepcionais**, - o que julgo que como escala técnica não se enquadra em nenhuma delas - estatuto este que consta do A.I.P. (Aeronautical Information Publication) no quadro referente a "limitações no uso do Aeródromo".

Nestas condições específicas do Aeroporto Militar das Lajes, é fácil perceber que não há liberalização que consiga ultrapassar estas restrições.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Passados os sobressaltos lançados na opinião pública mariense na manutenção da situação actual, ou alterações que pudessem prejudicar a economia da Ilha, cabe-nos agora analisar os pressupostos em que é baseada e se os mesmos correspondem à verdade ou se serão passíveis de aplicação no futuro:

Interesse Regional

Ao longo da discussão sobre esta iniciativa, era constante a defesa da sua aplicação, por se considerar que estava em causa o "interesse regional".

Não ficou minimamente provado que a situação actual traga prejuízos para a Região e muito menos que as escalas técnicas ao realizarem-se no Aeroporto das Lajes, iriam contribuir para um aumento das receitas.

Lei de Mercado - Concorrência

Neste aspecto, a chamada concorrência livre do mercado não acontece por via da liberalização. As empresas que exploram este mercado (Handling e Aeroportos) são a ANA-EP e a SATA, empresas públicas cuja natureza empresarial tem um quadro de receitas e despesas e, para mais já actuam no mercado existente.

A liberalização, tal como é concebida nos seus considerandos, irá ter efeito contrário, porque introduz na exploração deste mercado um novo parceiro, a Força Aérea Portuguesa, instituição militar, não vocacionada para operações comerciais, por razões óbvias, situação que surge por força do estatuto militar do Aeroporto das Lajes, sendo esta entidade a receber as respectivas taxas de utilização, em prejuízo da ANA - EP.

Com este figurino futuro, é que haverá razões para que os agentes económicos públicos ou privados venham a apresentar queixa às instâncias comunitárias, pedindo a aplicação dos princípios fundamentais da livre concorrência.

Divulgação e Publicidade

Estas duas acções apenas terão cabimento, no caso de escalas técnicas para Santa Maria, Ponta Delgada e, eventualmente, Horta e Flores, não sendo possível tal acção no que diz respeito às Lajes, sendo este um aeródromo militar e, por conseguinte,

sujeito à tutela do Governo Central e fazendo parte de acordos internacionais de defesa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A discussão à volta deste assunto teve a vantagem de trazer ao de cima a realidade económica e de desenvolvimento futuro da Ilha de Santa Maria.

As escalas técnicas efectuadas na Ilha resolvem um problema do presente, mas será errado pensar que irão representar um pólo de desenvolvimento futuro, sendo do conhecimento de todos que o sector aeronáutico está em constante evolução tecnológica e que as escalas necessárias no momento, a curto prazo deixarão de se efectuar.

Se de toda esta discussão, vier a resultar o empenhamento futuro dos Deputados, Governo Regional, Autarquias, entidades privadas e população em geral, para todos em conjunto estudarem, debaterem e aplicarem soluções que venham a contribuir para o aparecimento de novos pólos de desenvolvimento económico para a Ilha de Santa Maria, podemos considerar que perdemos parte de uma batalha, mas por outro lado teremos ganho a grande guerra que é o futuro da Ilha.

Assim espero.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Lisete Silveira.

Deputado Lisete Silveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O desenvolvimento harmónico da Região, tão propalado pelo Governo Regional, ao longo das últimas décadas, esbarra, com frequência nas deliberações e execuções práticas que contrariam tal "slogan". Com efeito, bastará atentar nos diversos problemas com que certas ilhas, nomeadamente as mais pequenas, se debatem há largos anos e que muitos Senhores Deputados têm denunciado neste Parlamento.

Sobre o Faial, não vou falar das Escolas prometidas, do porto e doca da Horta, cujo início das obras parece remetido para "as calendas gregas",...

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações

(Natalino Viveiros): Não é verdade!

A Oradora: ...da instalação da Biblioteca e Arquivo e do Museu, das estradas, muitas delas quase intransitáveis, eu sei lá - tantas as promessas, tantas as verbas em Planos e Orçamento que não se cumprem...

O que, hoje, aqui me traz respeito à sobrevivência de uma actividade e, conseqüentemente, à sobrevivência de um importante sector económico e de todas as pessoas, directa ou indirectamente, a ele ligadas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Trata-se do escoamento do chamado peixe de fundo, particularmente o goraz, que às toneladas (cerca de 12, neste momento) aguarda o transporte para o Continente. Grande parte deste peixe está guardado no gelo há mais de uma semana, o que origina perda de qualidade e, por isso, à chegada ao destino será pago a preços bastante inferiores ao seu real valor em condições óptimas, isto é, não ultrapassando seis dias após a captura.

Encontram-se atracados ao porto da Horta 5 barcos cheios de peixe, incapacitados de serem descarregados e, conseqüentemente, impossibilitados os seus tripulantes de retomarem a faina.

A razão deste impasse advém da falta de transporte adequado ao escoamento, com especial relevo para a TAP que, prosseguindo na sua política dos chamados voos "redondos", escala o aeroporto da Horta com o porão dos aviões cheio de carga para a Terceira impossibilitando, assim, o despacho dos produtos que se vão acumulando no Faial. Segundo informações recebidas, é frequente haver carga destinada aos Estados Unidos da América nos aviões dos citados voos, quando existem ligações directas e frequentes entre Lisboa/Terceira/Estados Unidos da América

Poderia, de certo modo, ser minimizada esta situação se a transportadora aérea regional tivesse capacidade para suprir as deficiências da TAP. No entanto, a SATA dir-se-ia achar-se cada vez mais "debilitada", pois se satisfazia, no mínimo, as necessidades de transporte entre ilhas, agora, subtraindo à frota o avião alugado a outrém e o que afocinhou em terra, o que resta qualquer dia pára de cansado!

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações

(Natalino Viveiros): Nessa altura teríamos que arranjar umas alternativas!

A Oradora: O transporte marítimo, última hipótese para colocar o peixe na Terceira ou em S. Miguel, onde seria facilitado o escoamento dadas as ligações aéreas diárias com Lisboa, por deficiente planificação das escalas, não se tem mostrado minimamente eficiente. De estranhar é dizer-se que o novo "Espírito Santo" (com capacidade de transporte de 60 toneladas de carga), navega por aí de porões vazios, quando nele existem instalações de frio e congelação, e que a escalar o porto da Horta, com regularidade, atenuaria aquele gravíssimo problema.

Convém realçar que o volume de pescado mensal, do conjunto de embarcações sediadas na Horta, atinge as 100 toneladas, havendo meses em que esse valor é ultrapassado.

Com muitos outros problemas se debatem os pescadores e armadores desta ilha para conseguirem usufruir o fruto do seu trabalho, e entre eles se conta o deficiente horário da lota, que, abrindo apenas das 16 às 20 horas, obriga muitas embarcações a desperdício de tempo, se acaso chegam antes ou depois desse curto período de funcionamento.

Em resumo:

1. O Governo Regional, numa maré eufórica de disponibilização de fundos, incentivou o aumento da frota pesqueira distribuindo subsídios à aquisição de embarcações, sem cuidar do indispensável suporte de um apurado estudo e planificação da aplicação dos resultados de tais incentivos: mais uma vez a questão dos transportes não foi devidamente equacionada, sabendo-se, à exaustão, que é parte fundamental a ter em conta em quaisquer programas de desenvolvimento do arquipélago.

2. A não serem encontradas aplicadas, de imediato, soluções para o caso apontado, ver-se-á, dentro de pouco tempo, o Governo Regional "enriquecer" o seu património com uma dezena de embarcações: em primeiro lugar, porque as tripulações, na maioria originárias do continente, começam a recusar vir para os Açores, onde não ganham mais do que 60 ou 70 contos mensais, devido às dificuldades apontadas; em segundo lugar, porque os possuidores dos barcos, não podendo arcar com as despesas

correntes de manutenção, que orçam os 1.300 contos mensais, ver-se-ão obrigados a devolver o "presente envenenado".

É, pois, o problema exposto, paradigmático da falta de estudos e planeamento, bem como da desarticulação dos diferentes departamentos governamentais (neste caso particular a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas e Secretaria Regional dos Transportes e da Habitação e Obras Públicas)

Que se tirem as devidas ilações.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas pediu a palavra com que finalidade?

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros)*: É para pedir um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros)*: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Sra. Deputada Lisete fez aqui uma intervenção que marcou a sua entrada nesta segunda "ronda" no Parlamento e percebemos perfeitamente bem a forma como pretendeu fazer para marcar a diferença entre o seu antecessor!

Por isso mesmo, tocou aqui nalgumas questões que dizem respeito ao Faial e...

Deputado Manuel Serpa *(PS)*: Essenciais, essenciais!

O Orador: ...como tal, todos nós somos sensíveis às mesmas.

Mas, a questão que eu queria perguntar à Sra. Deputada, é se porventura tem uma concepção dos departamentos governamentais que os transforma, por exemplo, em agentes de navegação ou de transporte aéreo ou em agentes de carga? Se é este o seu entendimento, depois eu responderei em conformidade com a resposta que Sra. Deputada aqui der sobre esta matéria. É porque deu-me a sensação de que V. Ex.^a pretende imputar determinadas acções de planeamento à Secretaria Regional da

Agricultura e Pescas e à Secretaria Regional dos Transportes e Turismo e que de facto não estão na nossa alçada.

Devo-lhe dizer, e para esclarecimento, que a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas - e é apenas uma questão informativa, como é óbvio - quer a Secretaria Regional dos Transportes e Comunicações, não podem de maneira nenhuma saber se há ou não um certo número de toneladas de pescado para ser transportado, porque isso compete aos agentes que estão envolvidos na operação, desde os pescadores aos transportadores, sejam eles terrestres, aéreos ou marítimos e inclusivamente os transitários. Portanto, não compete ao poder político meter-se nestas áreas.

No entanto, quando é preciso actuar, sempre de forma supletiva, fazêmo-lo. Ainda ontem, foi preciso actuar e como tal actuámos.

É óbvio que percebi também a "picada" que a Sra. Deputada quis dar relativamente à SATA. Mas, devo-lhe dizer que o que se passou com o acidente de avião que referiu há pouco, foi uma questão que não deve de maneira nenhuma ser susceptível de ser tomada como uma questão jocosa, na medida em que foi um acidente de trabalho que está a ser devidamente averiguado e que para o qual serão responsabilizadas as pessoas que tiveram responsabilidade nesta matéria.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Lisete Silveira.

Deputada Lisete Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu ouvi com atenção as suas palavras e evidentemente que tinha que começar com questões laterais, - mas isso já é hábito, não é verdade?! - antes de entrar propriamente no problema.

No entanto, Sr. Secretário, por meu lado retorno-lhe a pergunta. Então se não compete ao poder político saber desses problemas, os pescadores e armadores que têm recorrido a diversas instâncias, a quem é que têm que recorrer mais, se realmente empresas de transportes aéreos ou marítimos não correspondem aos seus anseios? Quem é que tutela, ao fim ao cabo, este sector?

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações

(Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Sra. Deputada Lisete Silveira vem aqui trazer à colação uma questão que me parece que se prende com outro foro. Ou seja, que é exactamente a ideia que V. Ex.^a tem de política. Que é uma política planificada, que não corresponde àquilo que é a acção do Governo, nem pode de maneira nenhuma, inserir-se nos seus objectivos já que por aquilo que diz, o Governo devia planificar e coordenar as acções entre os empresários. E como empresários, entende-se que são os pescadores, os transportadores, os transitários e as empresas de transportes. Já agora e a título de exemplo, V. Ex.^a falou no "Graciosense", que é da responsabilidade de uma empresa privada, que tem possibilidade de tocar em quase todos os portos que para o efeito está licenciado, mas isso depende da empresa, se tem ou não interesse em tocar de facto nesses portos.

As obrigações mínimas que ela tem, estão acordadas entre o Governo e a própria empresa, na sequência dos apoios que foram dados e a partir daí, esta actua se o mercado lhe interessar e se vir que daí lhe pode advir algum proveito para a sua própria actividade empresarial.

Portanto, o que é indispensável e penso que aí há organismos que reúnem estas entidades todas, ou seja, a Câmara de Comércio que tem que se sentar à volta da mesa com estas entidades e seus sócios, a fim de procurar as melhores soluções para os interesses que, ao fim e ao cabo, são os interesses da generalidade dos empresários.

Não é o Governo Regional, de forma alguma, que vai tutelar e dar orientações para que estas unidades façam isto ou aquilo. Daí que seja uma actividade que corresponde às forças civis da sociedade.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas *(Adolfo Lima):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada:

Apenas dois ou três esclarecimentos adicionais à intervenção de V. Ex.^a, bem como do meu colega de Governo.

Creio que V. Ex.^a refere-se a uma situação que se passou ontem e concretamente no Porto da Horta.

A situação que se passou no Porto da Horta, não é uma situação normal. É, aliás, extremamente anormal. Não há estatística nenhuma que tenha demonstrado aquilo que acabou de dizer e se quiser procurar, elas ser-lhe-ão fornecidas e daí verificará que nunca houve um acesso tão grande em quantidade de peixe como no dia de ontem no Porto da Horta.

Isto deve-se, de facto, as duas circunstâncias extraordinárias: em primeiro lugar, o tempo deste mês de Janeiro que tem estado invulgarmente bom e, como tal, tem permitido uma pesca também invulgar nesta época do ano; em segundo lugar, porque contrariamente às recentes informações que tínhamos sobre a matéria, este mês de Janeiro tem sido invulgarmente abundante dessa espécie que é o goraz.

Deu-se a coincidência de que o voo programado da TAP para Quarta-feira foi cancelado, segundo a informação da empresa, por falta de passageiros. Foi isto que fez "afunilar" - chamemos-lhe assim - esta situação anormal.

No entanto, não deixo de concordar consigo, que para situações de emergência, têm que se ter soluções de emergência. Por isso, já que estamos em cima deste problema e no sentido de o solucionar, quero dizer-lhe que não é possível, de forma alguma, planear seja o que for em termos de transporte normal de pescado para situações anormais, como a que se passou nos últimos dias.

A planificação normal tem dados e em relação ao pescado que aqui aparece, essa tem sido sempre uma preocupação que temos tido.

Por outro lado, apenas uma pequena referência aos salários auferidos pelos pescadores do continente que aqui estão, quero dizer que não são 60 contos por mês, mas sim o salário médio da pesca, livre de todas as despesas e encargos em 1993, foi de 82 contos por pescador.

De facto, estes salários podem não ser cativantes para pescadores que se deslocam do continente, da Madeira ou de Cabo Verde para os Açores, uma vez que essa gente deslocada do seu meio habitual, terá um acréscimo de despesas no seu trabalho de destino. No entanto, é verdadeiramente aliciante para as pessoas dos Açores que se

queiram dedicar à Pesca. O salário mínimo de 80 contos por mês, livre de todas as despesas, não é vulgar em trabalhadores por conta de outrém na nossa Região.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para pedir esclarecimentos.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, de facto, tenho que dizer o seguinte:

Todos os dias vejo o Sr. Secretário Natalino Viveiros na televisão e tenho visto V. Ex.^a falar de táxis, taxímetros e da cor dos táxis. Tenho-o visto falar de lagoas e de ambiente. Tenho ouvido V. Ex.^a a falar de transportes marítimos, transportes aéreos e de obras públicas, etc. e tal.

De facto, folgo em saber que esta questão compete às forças civis. Ou seja, digamos que o que restou das suas competências foi exactamente isso.

Em relação ao que o Sr. Secretário da Agricultura afirmou, eu penso que não se poderá dizer que 82 contos para quem trabalha sem um horário de trabalho, aos fins de semana, de noite e de dia, arrostando com mau tempo, seja um bom salário e seja motivo de congratulação.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Lisete Silveira para prestar mais esclarecimentos.

Deputada Lisete Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, - particularmente, Sr. Secretário Regional da Habitação:

Sobre a minha concepção da Política, eu vou explicá-la em breves palavras,...

Deputado Jorge Cabral (PSD): Não explique!

A Oradora: ...tendo em conta que não haveria tempo para explicar tudo. Mas sobre aquilo que focou, Sr. Secretário, eu apenas digo-lhe o seguinte:

A minha concepção da Política, é a concepção da minha economia doméstica...

(Aparte inaudível da bancada do PSD)

A Oradora: Alargado, evidentemente!

V. Ex.^a sabe que o espelho maior da sociedade, advém da vida familiar.

Ora bem, não se pode realmente investir, aliás não se deve investir, sem previamente estudar se esse investimento vai ter resultados palpáveis, frutuoso, passado determinado tempo, não é verdade?!

Realmente, se se possibilitou a aquisição com juros bonificados e alguns deles mesmo sem retribuição do capital investido, se não se estudou o mercado ou se o mercado ficaria saturado, porque entretanto se se tivesse um estudo feito dos transportes disponíveis ou que viessem a verificar-se em determinada altura, em vez de se dar incentivo à aquisição de dez embarcações, dar-se-ia apenas a cinco. Para já isto é liminarmente passível de se compreender.

Por outro lado, evidentemente que V. Ex.^a não vai governar as empresas particulares, é evidente que não. Mas, V. Ex.^a não se pode alhear dos problemas que por falta ou menor relacionamento entre as partes interessadas, ocorram situações destas.

Já agora eu quero referir, e para o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, que ontem não foi um caso excepcional. É que tem havido outras alturas em que realmente tal sucedeu. Aliás, não há muito tempo...

Presidente: A Sra. Deputada dispõe de mais um minuto.

A Oradora: Muito obrigado, Sr. Presidente.

...o armador viu-se forçado a fretar para não perder o peixe, uma traineira para o levar para a Terceira, cujo custo foi 1200 ou 1300 contos.

Por isso, estas coisas realmente têm que ser encaradas...

Deputado Manuel Amaral (PSD): Tinha muito peixe! Tinha muito peixe!

A Oradora: Sim senhor! Para levarem o peixe. Para o transportarem daqui até lá, o armador disse que com esse frete gastou cerca de 1200 a 1300 contos!

Portanto, isto para chamar a atenção que, na realidade, não foi um acaso pontual, mas que se vem repetindo - como me garantiram - com certa assiduidade.

Acho que todos nós devemos contribuir para que tais situações terminem e acho bem que o Sr. Secretário se refira ao incentivo a pescadores da Região por forma a dedicarem-se à pesca, mas enquanto não estiverem mentalizados e mobilizados para o fazer, estes barcos que entretanto estão na faina, têm que contar com as tripulações que vêm do continente, caso contrário param.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para um esclarecimento adicional.

Volto a insistir consigo, Sra. Deputada, de que situações como a de ontem não são normais em termos de abastecimento de peixe fresco de fundo para abastecimento do mercado nacional e que tem que sair por avião. Não é uma situação normal! É uma situação, de facto, de excedente acima daquilo que é normal.

Por outro lado, estamos a falar de pescas que contrariamente àquilo que V. Ex.^a possa pensar, não é nem deve ser obrigatoriamente descarregada sempre no Porto da Horta. Não sei se a Sra. Deputada tem a ideia do valor de pesca de um navio destes por ano? Não sei se sabe que, por exemplo, são embarcações que pescam 40 e 50 mil contos de peixe por ano? Como tal, são embarcações em que todos os seus armadores têm pago os seus compromissos e todos vêm o seu nível de vida subir, bem como os seus compromissos serem completamente satisfeitos. No entanto, quando muitas vezes acontece que por questões de mercado, o Porto de Ponta Delgada ou o Porto da Praia da Vitória, como portos alternativos, são melhores não só para o preço do pescado como para o seu escoamento. É isso que eles devem fazer e é isso que eles muitas vezes fazem.

Obviamente que quando há uma situação destas, se tenta hipertrofiar os seus reflexos, mas para mim que sou o responsável da Pesca tenho aconselhado diversas vezes certos armadores, porque eles têm embarcações capazes de o fazer, no entanto, o porto de descarga muitas vezes não pode ser sempre o mesmo, tendo em conta as condições de mercado que podem proporcionar descargas noutros portos alternativos e em melhores condições de preços, uma vez que o preço do pescado, esse sim, está exclusivamente relacionado com o jogo da oferta e da procura.

Quanto à sua observação e a alusão do seu camarada de bancada sobre os 82 contos, em que perguntou se era ou não um bom salário, isso é muito discutível e posso acrescentar que na Pesca e neste momento em Portugal...

Presidente: Sr. Secretário, dispõe de mais um minuto.

O Orador: ...não há salários maiores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações

(Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Começando aqui pelo Sr. Deputado Fernando Menezes, eu confesso que fiquei sem perceber qual o objectivo da sua intervenção, porque uma vez que a "cabeça não diz com o cabeção", ou seja, não percebo porque é que V. Ex.^a veio agora invocar o meu aparecimento público e o facto de falar sobre várias matérias. Evidentemente, que eu apareço a falar quando me perguntam e questionam sobretudo se as matérias se relacionam com o departamento que dirijo. Enquanto assim for e enquanto tiver responsabilidades nestas áreas, fá-lo-ei sempre que necessário, quer o Sr. Deputado goste ou não. Daí que temos que nos "aturar" mutuamente e como tal, tenha paciência!

Quanto à questão da Sra. Deputada Lisete e depois das resposta que aqui já foram dadas, eu estou de acordo e com certeza que a Sra. Deputada olha para a sua economia familiar, eu também olho para a minha e cada um olha para a sua.

Há coisas que não podemos extrapolar e quando tratamos de questões mais vastas, há alguns princípios que podemos aplicar e outros não.

Portanto, eu não vou sequer discutir estes problemas, mas só lhe pedia uma coisa. Uma vez que V. Ex.^a fez aqui algumas considerações sobre as mercadorias transportadas e não transportadas do Faial, eu pedia-lhe que, certamente V. Ex.^a deve ter uma relação ou uma listagem das mercadorias que, ultimamente, ficaram por transportar e que me fornecesse isso, para assim poder e aí sim, dentro da influência e da coordenação que é preciso, saber onde é que estão os pontos fracos para que no futuro se diminua estas carestias que aqui se verificaram.

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos a Sra. Deputada Lisete Silveira.

Deputada Lisete Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, - particularmente - Sr. Secretário :

O exemplo sobre o assunto que me levou a esta tribuna, foi uma situação que se sucedeu na passada Sexta-feira. Ou seja, havia 5 toneladas para despachar e só puderam ser embarcado 500 de peixe, claro!

(Aparte inaudível da bancada do Governo)

a Oradora: 500 quilos, claro!

Presidente: Tem a palavra para prestar ou pedir esclarecimentos o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações

(Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Lisete Silveira:

Eu devo dizer-lhe que esta questão já foi abordada aqui pelo Sr. Secretário da Agricultura e Pescas.

Eu devo dizer-lhe que ainda ontem a informação que nos chegou, é que havia 3 toneladas de pescado para ser transportado para qualquer porto.

E devo acrescentar que às 11 horas da manhã estavam registados na SATA 1500 quilos para transportar. E nós colocámos imediatamente os meios que tínhamos disponíveis.

E mais: solicitámos que se houvesse mais mercadoria, fosse manifestada na Transportadora Aérea Regional porque com capacidade disponível ou sem capacidade disponível, nós havíamos de ir buscar os meios alternativos que existem na Região, para podermos transportar o peixe todo para o aeroporto, que permitisse mandar para o exterior da Região esse pescado.

Portanto, existem aqui duas coisas distintas: uma são os números que se apontam e outra é a realidade.

Ora bem, eu não posso responder por aquilo que as entidades interessadas não se manifestam.

Por isso mesmo, se a entidade que tem responsabilidade para fazer esse transporte é a SATA e se aquilo que ela tinha manifestado e os pedidos que estavam feitos eram sobre estas quantidades, pois ela prontificou-se a transportar. E sempre que apareça mais, desde o momento que esteja registado, nós não deixaremos - ou procuraremos

não deixar - uma grama de peixe por transportar para outro aeroporto que não o da Horta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era para mais um esclarecimento adicional à Sr^a. Deputada Lisete Silveira.

De facto, nesta matéria, e apenas à laia de introdução das minhas conclusões finais sobre este tema, eu gostaria de assistir a uma maior coordenação entre os armadores, entre os intermediários da pesca e as entidades transportadoras.

Aliás, numa reunião feita no ano passado, entre a TAP, a SATA e os intermediários, conseguiu-se melhorar, substancialmente, a situação. Mas quanto àquilo que verdadeiramente se verificava na Horta, é verdade que o comprador, ontem, teve que desviar para a Ilha Terceira através do navio "Avis", peixe que estava retido nesta cidade, mas neste momento, ou seja, às cinco da tarde do dia hoje, estão apenas para transportar para o exterior 3 toneladas de peixe. Não há mais peixe na Horta senão este.

Presidente: O Sr. Deputado Manuel Serpa pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Manuel Serpa (PS): Para pedir um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para pedir um esclarecimento.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é uma ocasião ótima, porque tenho aqui na minha frente dois Srs. Secretários e, naturalmente, as políticas, quer aérea quer outra qualquer, começam por casa.

O que acontece em relação à temática trazida aqui pela minha colega Deputada não é um caso esporádico. Passa-se muitas vezes, no verão e não só, embora eu também compreenda que o mês de Janeiro foi abundante de peixe e poderia ocasionar esses problemas.

Eu creio que uma política harmónica de desenvolvimento regional, tem que ter em conta as ilhas, as suas capacidades e as suas potencialidades.

Se a natureza nos brindou com bancos de pesca, onde se apanha peixe, o mesmo deve ser descarregado nos portos que ficam mais perto desses bancos.

Essa é a regra e a norma. O resto, é truque político - que fique bem assente!

Depois, há ilhas que têm privilégios e outras que não têm.

Eu posso dizer ao Sr. Secretário Natalino Viveiros que o Pico já tentou a exploração de exportação de peixe e não o pode fazer, sabe muito bem porquê!

Porque ninguém está disposto a pegar em peixe e ir para um aeroporto e voltar com ele para trás, congelá-lo e ele perder 50% do seu valor. E nós estamos numa zona onde se apanha peixe e onde há pescadores.

Mais: eu quero dizer-lhe que à 4^a, à 5^a, à 6^a e ao Sábado, nós somos brindados no Pico, neste momento, com um avião pequeno - que é um grande avião, não é isso que está em causa - que deixa atrás sempre metade das malas, alguns passageiros e nem sequer nos permite, como cidadãos duma ilha, o privilégio de ler um jornal, porque até os jornais ficam atrás!

O Sr. Secretário sabe que é verdade e já protestámos e isso não tem emenda. Isso acontece há já longos meses.

Nós somos cidadãos duma Região e temos direitos, portanto, eu quero fazer a pergunta que é a seguinte:

Eu quero saber se os Srs. Secretários acham que a política aérea, que deve começar por casa - nós já falámos de muita coisa por fora, agora é por casa - e outras políticas, se estão correctas, em relação às ilhas onde vivemos e ao contexto onde estamos inseridos?

Presidente: para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (*Natalino Viveiros*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Manuel Serpa passou do transporte de mercadorias para o transporte de passageiros, depois entrou nos jornais, enfim eu não vou sequer pronunciar-me, obviamente, sobre isso, porque se houve algum protesto - certamente os passageiros devem ter protestado junto da empresa transportadora - a empresa deve ter dado

explicações e se não deu, pois deve-se insistir para que essas explicações sejam dadas sobre esta matéria.

Quanto ao serviço, é óbvio - eu percebo a sua "alma grande e generosa" - que essas coisas da economia muitas vezes têm regras que não se compadecem com a nossa generosidade de alma. Ou seja, o Sr. Deputado não pode querer de maneira nenhuma fazer com que a Transportadora Aérea Regional tenha um avião sempre de portas abertas ou de porão aberto, para levar o peixe quando se pescar. Isto é, estas coisas têm regras.

Há que haver acordos entre as entidades envolvidas nesta matéria. O Sr. Deputado não pode exigir que numa semana, quando há mercadoria para transportar, o avião esteja lá parado na pista para levar a mercadoria. Nem sequer é a Secretaria dos Transportes quem vai fazer isso, Sr. Deputado!

Eu devo dizer-lhe que a capacidade de carga, neste momento, é excedentária, ou seja, o transporte de mercadorias inter-ilhas, em termos aéreos, tem decrescido de forma vertiginosa. Isto graças ao maior fluxo de tráfego que tem havido inter-ilhas.

Portanto, nós não podemos de forma simplista, abordar a questão como o Sr. Deputado abordou.

Se quiser abordá-la de forma sincera, de forma consistente, vamos procurar outro meio que não o hemiciclo da Assembleia, porque não vamos estar aqui a debater este assunto, quando ele tem que ser debatido entre as várias entidades que têm intervenção directa nesta matéria. Não é entre o Sr. Deputado e um Secretário que, de forma esporádica num debate de generalidades, se vai responder a coisas particulares. É evidente que eu julgo que todas as ilhas devem ter possibilidade de fazer sair dela própria o máximo possível de mercadorias, de pessoas e bens, ou seja, tem que haver uma certa mobilidade, mas também tem que haver uma certa coordenação e não podemos viver do improvisado. Isso tem custos. Mas as forças interessadas nestas actividades é que têm, elas próprias, que dialogar para procurar as soluções.

É evidente que se os empresários do Pico vêm ter comigo para tratar deste assunto, não vão resolvê-lo, porque eu não trato disto. Mas têm as transportadoras.

Agora, se o Sr. Deputado me diz que tem havido problemas, em termos de transporte, pois tem. E nós compreendemos isso.

Por exemplo, a TAP que tem uma determinada programação - e vamos falar em termos empresariais - para determinados meses, mas o que é certo é que não teve passageiros para essa programação. Ou se, por exemplo, a TAP tem programados para alguns aeroportos, aviões com outra capacidade tipo o "Air-bus" e se não tem passageiros, muitas vezes coloca na linha que tinha programada um "737", que tem uma capacidade de carga completamente diferente. Ou seja, a transportadora aérea tem que coordenar os passageiros que tem, com os horários que tem e é óbvio que nalguns casos, acaba por ser prejudicada a carga que estava programada e acaba por não ser transportada devido ao equipamento que tem que mudar de rota, mas isto são as contingências que temos, devido à nossa insularidade.

É evidente que para casos desta natureza, e não é para todas as mercadorias mas é para algumas, a Transportadora Aérea Nacional tem tentado suprir essas falhas, introduzindo alguns cargueiros adicionais que não estavam previstos no tráfego regular.

Também é evidente que isto acontece por ser neste período, pois eu estou convencido que a partir de Fevereiro-Março, as coisas alteram-se, substancialmente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pretendo dar um pequeno esclarecimento dentro deste debate que eu considero extremamente útil.

Sr. Deputado:

Há questões que também não podem ser abordadas muito emocionalmente.

Eu penso que ninguém pode programar escoamento de pescado, tendo apenas diante de si, situações maximalistas. Tem que se fazer para situações normais e tentar arranjar situações de emergência, quando se verificam grandes acessos de capturas. Esta é a minha opinião.

Em segundo lugar, quando eu lhe disse e reafirmo, e não tenho como intenção (o Sr. conhece-me bem!) nenhum truque político, que determinadas embarcações, hoje,

devem utilizar os portos de descarga nos Açores, em termos estratégicos e em termos de preço, reafirmo o que acabei de dizer.

Em terceiro lugar, o Sr. Deputado sabe tão bem como eu, que o Pico não tem condições para ter esse tipo de embarcações. Ou seja, não há nenhum armador no Pico que possa operar lá, com embarcações acima de 12 metros de cabanadas, para pescar peixe de fundo.

Se o armador for do Pico, só pode operar em três portos da Região: no porto do Faial, no da Praia da Vitória ainda não, e no porto de P. Delgada.

Portanto, é legítimo e seria extremamente interessante que, nas ilhas onde não há estes portos, eles possam existir. Estamos a falar de investimentos que rondam os milhões de contos, porque a pesca, como o Sr. Deputado sabe e eu já expliquei isto várias vezes, depende apenas duma coisa: o abrigo. Se este existe, o Sr. pode fazer isso, mas se não há abrigo, não se pode. Mas o que é normal até em áreas muito maiores do que as nossas, é que os armadores operem com os navios nas lotas que lhes dão melhores preços.

Quanto à sua conservação, o que era isto há dez anos e o que é hoje, é uma situação 180 graus diferente. É uma reviravolta. Porque, se for possível - e ainda não é possível em todas as situações - ter gelo, o chamado "peixe de fundo", de elevado valor comercial, aguenta perfeitamente entre 10 a 15 dias. Se assim não fosse, os barcos que vão para o Cabo Branco não chegavam com peixe fresco à doca de Lisboa. Portanto, o facto de se ter 10 dias peixe em gelo, não diminui o seu preço. O que diminui o seu preço, isso sim, é se esse peixe for congelado. Aliás, estes navios muitas vezes operam com 5, 6 e 7 dias de mar, o peixe está conservado em gelo, há muitas vezes armadores que chegam à lota e não descarregam naquele dia, porque o preço que está estabelecido na lota não é o que lhes convém, por isso guardam o peixe 24 ou 48 horas e, depois disso, o peixe é submetido à lota e sai. Portanto, este peixe está em perfeitíssimas condições de poder aguentar nestas circunstâncias.

Quanto à sua ilha, não é possível ter lá um armador, porque não é um porto de abrigo. É lamentável, mas não há.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para, naturalmente, pedir mais esclarecimentos.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente que este é um assunto importante e que deve ser tratado com a máxima preocupação e seriedade.

Em relação aos três dias que eu referi - relativamente ao Sr. Secretário dos Transportes - eu acho que depois dos protestos que têm sido feitos e depois das reclamações que têm sido feitas e depois dos prejuízos - que são muitos - que têm acontecido à população do Pico, não percebo por que é que ainda não foi alterada essa política.

Por que é que se mantém durante três dias seguidos, o mesmo tipo de avião que, sistematicamente, e o Sr. Secretário sabe que é verdade, não serve os interesses da ilha!

Até os jornais ficam atrás!

Eu sei perfeitamente disso. E o Sr. Secretário tem recebido reclamações nesse sentido. A própria SATA tem recebido reclamações nesse sentido. Francamente!

Eu creio que este é um caso tão linear que não é sequer passível de discussão. É uma questão só de boa vontade e de alterar o processo.

Em relação ao Sr. Secretário da Agricultura e Pescas, é evidente que eu compreendo, no entanto o próprio Governo Regional - e isto é uma das coisas que me preocupa e também preocupa a qualquer pessoa - já colaborou e ajudou para que no Pico houvesse uma empresa de exportação de peixe.

Então o Pico tem ou não capacidade?

Vamos centrar a questão no Faial.

Eu creio que toda a gente reconhece que uma parte da grande abundância de peixe de fundo acontece aqui. É evidente que pode haver uma traineira que em vez de descarregar aqui vá fazê-lo na Terceira ou em P. Delgada, como acontece com o atum. Mas é preciso saber avaliar o prejuízo dessa operação e saber quanto é que isso custa.

Então eu pergunto:

Será que é possível inverter a situação e permitir que haja uma coordenação entre o que se apanha e o que se exporta?

É só isto, mais nada.

Presidente: Antes de dar a palavra ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, a Sr^a. Deputada Lisete Silveira pediu a palavra, naturalmente também para mais esclarecimentos. Portanto tem a palavra para o efeito.

Deputada Lisete Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era só para informar que, de facto, presentemente, há uma armador com apenas 3 toneladas em casa, porque conseguiu despachar 6 toneladas **num barco particular** e, por isso, pagou mais.

Portanto, não foi por intermédio de carreiras aéreas ou marítimas normais que ele conseguiu despachar o pescado. Foi por acaso que arranjou um barco particular, através do qual, pagando mais, acabou por despachar as 6 toneladas de peixe.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para esclarecimento da Sr^a. Deputada, aquilo que acabou de dizer foi o que eu disse, portanto repetiu o que eu disse. Até lhe dei o nome do navio: "Avis".

Sr. Deputado Manuel Serpa:

Eu quando falo nas descargas fora da ilha de origem do armador, ou do porto em que ele tradicionalmente descarrega, não me estou a referir ao atum. Estou-me a referir, exclusivamente, ao peixe de fundo de elevado valor comercial. E garanto-lhe que há inúmeros casos na Região de armadores do Faial que vão descarregar a portos diferentes, porque a oportunidade de preço é diferente.

Também há inúmeros casos de armadores do Faial, da Terceira e de S. Miguel que aguardam 24 e 48 horas com o peixe nos porões, para apanhar melhor lota. Era a isto que eu estava a referir-me.

Normalmente o Sr. Deputado não obtém informações de quantidades de peixe a bordo antes do mesmo ser descarregado.

Se o Sr. Deputado conseguisse obter, para planificar o serviço de lota e descargas de peixe, que os armadores informassem com antecedência de 12 horas ou de 24, o peixe que efectivamente têm a bordo, talvez isso fosse diferente.

Mas como o Sr. sabe tão bem como eu, não há nenhum armador que o informe do peixe que tem dentro do porão, o que dificulta, muitas vezes, no caso do atum, o processo de descarga e de congelação e no caso do peixe de fundo, o seu escoamento.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações

(Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para duas questões.

É evidente que não vou referir-me novamente à questão que a Sr^a. Deputada Lisete Silveira coloca, pois se o peixe foi transportado por via aérea, por via marítima, por via particular ou por via oficial, é uma questão que não me preocupa, porque foi óptimo que as pessoas interessadas tivessem arranjado maneira de resolver o seu problema - 1^a questão.

2^a questão:

Que fique bem expresso aqui, que ontem estava manifestado como carga para sair da Ilha do Faial as quantidades que eu referi aqui, mais propriamente uma tonelada e meia de pescado e não saímos destes números. A Sr^a. Deputada fica com os seus e eu fico com os meus Oficialmente, é isto que estava e que consta dos registos oficiais da empresa que tem a seu cargo a responsabilidade recepcionar os manifestos de carga.

É evidente que eu não vou fazer qualquer outro juízo sobre esta matéria, é esta a informação que me deram e que eu respeito.

Por outro lado, relativamente ao Sr. Deputado Manuel Serpa, é possível que haja problemas de transporte de carga nos aviões que servem o Pico, eu não vou dizer que não. Mas também devo-lhe dizer que não houve de certeza problema de passageiros. E é preciso ver que tipo de carga é que nós transportamos. Muitas vezes temos o hábito de transportar a nossa carga e a carga que não é nossa.

Portanto, é óbvio que se o avião não tem muita capacidade de carga, as pessoas também já sabem que não podem sobrecarregar. É aquele tipo de avião que nós temos, é óptimo, até porque serve melhor. Os Srs. têm tido frequents conveniências no Pico e noutras ilhas da nossa Região, mesmo assim, eu vou ver qual foi a quantidade de carga que ficou atrás. E se houve até alguns passageiros que ficaram

atrás. Se o Sr. Deputado tiver estas informações actualizadas, também agradeço que mas dê. No entanto, eu vou tentar averiguar isto, mas gostaria que me fornecesse os elementos que tem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Abordámos aqui ontem um dos mais importantes problemas da Região que é aquele que diz respeito à necessidade e possibilidade de haver melhores salários e mais emprego no quadro de um tecido empresarial sólido constituído, predominantemente, por pequenas e médias empresas.

Abordámos também a questão do aumento dos preços de bens e serviços essenciais, ligando os recentes aumentos, à intenção governativa regional de contribuir para a quebra generalizada do rendimento do trabalho em relação à totalidade do rendimento nacional.

Associámos ambos os temas à política económica do Governo da República, que é uma política de reconstituição acelerada de grandes grupos económicos associados às multinacionais, reconstituição essa que é feita essencialmente à custa dos rendimentos dos trabalhadores, por extorsão dos seus justos salários e do rendimento das pequenas e médias empresas, através do elevadíssimo custo financeiro que a banca pratica.

Sobre estas questões certamente que haverá opiniões diversas, mas todos concordaremos que elas são, em si mesmas, essenciais e determinantes para o futuro.

Verificou-se porém que no período antes da ordem do dia de ontem o tema dominante foi outro e foi esse que foi predominantemente passado para a opinião pública.

Muito embora tudo façamos para que os grandes temas económicos, sociais e políticos sejam aqui discutidos, e para isso damos sempre o nosso contributo, também nunca nos eximimos de marcar posição sobre outros temas, também importantes, quer estejam rodeados dos ingredientes da guerrilha política, quer sejam sentidos, sem grande impacto geral, por sectores ou ilhas da nossa Região.

Achamos e não queremos deixar de o dizer, é que todas as questões aqui postas, as de fundo, as sectoriais e as locais, merecem ser levadas à opinião pública, pois só assim é que há o debate político e social geral, que é indispensável numa democracia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O tema ontem aqui muito abordado, com vivacidade, pode ser genericamente designado por política do transporte aéreo.

A primeira observação que queríamos fazer, diz respeito ao facto do tema não ter sido tratado em todas as suas vertentes, tendo sido usadas antes diversas ópticas para tratar uma única questão - **as escalas técnicas**.

No contributo que aqui hoje trazemos queremos marcar posição sobre essa questão, mas não queremos deixar de alargar a nossa intervenção a outros aspectos importantes **da política do transporte aéreo**.

De acordo com as opiniões dos técnicos do sector, durante anos, ao longo dos anos 80, a nossa Região foi relativamente pouco procurada para escalas técnicas de aeronaves, dado o facto de no tráfego transatlântico predominarem os quadrimotores de larga autonomia de voo. No entanto e nos anos mais recentes, as companhias transatlânticas introduziram nessas linhas grande número de aviões, com menor autonomia e portanto com necessidade de escalarem, por razões técnicas, pontos intermédios, nas suas rotas.

A vantagem da posição geográfica dos Açores, que é sempre apresentada e justamente, como sendo um trunfo natural que dispomos, está demonstrada ao longo da História, quer em relação a exigências militares, quer no que toca a necessidades técnicas com valor económico, em tempo de paz.

A torna viagem das Índias e das Américas, vinha pelos Açores, por imposições meteorológicas e técnicas, ligadas às características dos navios dos nossos avós e utilizava muito o porto de Angra.

A navegação de vela da caça à baleia usava, entre outras ilhas, os portos da Horta e Ponta Delgada, como ponto de apoio e até locais de contrabando.

A navegação a vapor transatlântica que não usava a rota do Norte tinha que abastecer de carvão em Ponta Delgada e na Horta.

Os pioneiros da aviação transatlântica foram obrigados a reparar que os Açores eram indispensáveis às suas brilhantes e fecundas aventuras.

Os hidroaviões da PAN-América usaram a baía da Horta como aeroporto regular durante alguns anos.

Estas referências, que excluem as militares, são demonstrativas que sempre fomos procurados por razões técnicas com importância económica.

Podíamos acrescentar a navegação desportiva à vela de natureza transatlântica, que já cá passa na ordem de mais de um milhar de barcos por ano. Esta referência é importante porquanto ao aumento da procura, tem correspondido o aumento e diversificação da oferta, sendo até na nossa óptica, necessário alargar essa oferta, **contemplando urgentemente a Ilha das Flores com uma marina**, dada a procura desse tipo de barcos ser muito elevada em relação a essa Ilha, desde há já alguns anos.

No exemplo anterior enunciámos um princípio que é para nós essencial e que queríamos sublinhar bem. Se há procura, tem que haver oferta que satisfaça essa procura, o que implica que se a oferta que temos não satisfaz toda a procura, então temos que melhorar e diversificar a oferta.

Pensamos que este princípio se aplica de forma muito clara e directa à questão actual das escalas técnicas de aeronaves.

É um erro muito sério e grave querer transformar esta questão numa luta descaracterizada entre a Terceira e Santa Maria e vice-versa.

O Aeroporto Internacional de Santa Maria tem determinadas características que têm que continuar a ter. É, em termos de utilização, a alternativa ao tráfego militar das Lajes quando tal se torna necessário. É para o tráfego interno uma alternativa muito segura, dada a dimensão das pistas, para situações de alteração atmosférica grave ou ocorrências técnicas negativas.

É, por tudo isto, uma infraestrutura que tem procura para as escalas técnicas que hoje são novamente mais necessárias.

No entanto, se há companhias que procuram outros aeroportos, atendendo às suas próprias razões ou necessidades, não se vê que não seja legítimo e útil para a Região criar essa oferta, caso ela exista.

Pomos um exemplo claro: se por acaso houver algum tipo de aparelho com características adequadas para utilizar o Aeroporto da Horta e cuja companhia esteja interessada nisso, porque é que não o há-de fazer?

O Aeroporto das Lajes é uma Base Militar Portuguesa utilizada pelas Forças Armadas Americanas. A autoridade militar é, como não podia deixar de ser, exercida pelo Comando Português.

A geografia da Região, as exigências económicas e sociais, determinam, entretanto, que a Base Militar das Lajes aceite tráfego civil, havendo mesmo uma área de placa, da responsabilidade do Governo Regional, com um terminal civil.

De acordo com o que tem sido divulgado, o Comando Aéreo dos Açores não se opõe a que o aeroporto das Lajes seja utilizado para escalas técnicas civis.

A Autoridade Aeronáutica Nacional não autorizava essas escalas porque entendeu sempre dever respeitar a Resolução 36/80 do Governo Regional, agora revogada.

Tudo indica que o alargamento da oferta corresponderá ao aumento da procura e tudo indica que o Aeroporto de Santa Maria se continuar com as características que tem, continuará a ser procurado.

Agora é possível que outros aeroportos possam também ser procurados, e assim serem prestados mais serviços. Quem ganha é a Região, e se assim não for, quem perde é a Região.

As ilhas mais pequenas ou isoladas têm todas problemas sérios de desenvolvimento; Santa Maria obviamente que os tem, como têm outras como as Flores, Graciosa, etc.

Acontece que uma parte desses problemas se devem a incúrias e falta de perspectivas do Governo Regional.

A Zona Franca de Santa Maria foi uma caríssima manobra de diversão para enganar os Marienses; e, não se cuidou, a partir de 80, de se encontrarem, nos sectores primário e terciário, a forma de criar desenvolvimento nessa Ilha, como noutras. Esses problemas estão na ordem do dia por si mesmos e não pelas escalas técnicas, que essas constituem uma questão importante, mas conjuntural.

À ANA-EP cabe promover o Aeroporto de Santa Maria, como aeroporto de escala, enquanto houver esta procura que agora há.

Ao Governo, aos Marienses e aos Açorianos em geral, cabe encontrar os caminhos que assegurem a vitalidade da nossa economia.

A posição geográfica é importante, os serviços prestados em função disso são igualmente importantes em certos momentos. Mas não é disso que a Região vive. Ver assim é ver curto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nós não oferece dúvidas, como não ofereceu dúvidas à Autoridade Aeronáutica Nacional, que a Região Autónoma não só pode, **como deve**, intervir nas questões do transporte aéreo e utilização de infraestruturas que são do seu interesse.

Não cabe à Região decidir se pode haver escalas técnicas na Base das Lajes, mas sim à autoridade militar competente.

Se a autoridade militar não vir inconveniente, se as autoridades regionais entenderem que isso atrai mais operadores do que os actuais, e a Autoridade Aeronáutica Nacional autorizar, no quadro da gestão que faz do espaço aéreo, nada indica que seja necessário, útil ou legítimo outras intervenções, seja de quem for.

Todos temos que ser comedidos na exégese legalista, quando o que está em causa são simples actos de gestão de competências correntes e consagradas.

Cair no vício do limite é cair na prática do esvaziamento de capacidades. Se é verdade que os limites são legítimos, não é menos verdade que o excesso desses limites são intoleráveis

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Outro problema da política de transporte aéreo tem sido trazido a esta tribuna, infelizmente sem o eco que tem tido aquele que tratámos atrás.

Estou a referir-me à situação e ao futuro do Aeroporto das Flores.

Informações muito recentes dão a conhecer a intenção da ANA, EP., de reduzir a partir de Junho, em número de 5, os trabalhadores dos serviços de socorros.

Foi por nós aqui levantado o essencial deste problema, mas é importante recordar alguns pontos.

É certo que o Aeroporto das Flores tem as características e condições de operação que tem, porque os Franceses, na negociação dos Acordos, entenderam que tais condições eram necessárias, em termos de segurança.

Não é aceitável que após a saída dos Franceses se pense em diminuir as condições de segurança, transformando o Aeroporto em Aeródromo com tudo o que isso implica.

Lembramos que as Flores estão a 120 milhas do aeroporto mais próximo e está situada na zona de maior instabilidade meteorológica desta Região.

A eventual redução de pessoal implica, por si só, para além das consequências sociais directas, a necessária redução acentuada de horário do aeroporto, **o que quando se está a incentivar o turismo não faz sentido.**

Temos a certeza de que o aeroporto das Flores é indispensável com as condições de operação, segurança e horário que teve anteriormente.

O nosso afastamento e a nossa pequenez em termos de população não podem justificar a redução da segurança, nem dos naturais, nem dos visitantes.

O desenvolvimento das Flores, tal como o de Santa Maria, depende de políticas correntes que não têm sido feitas.

O que não queremos, neste caso, é que nos fechem a única porta que temos para fora.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à questão dos aeroportos há um outro ponto que queremos referir. Não se podem alterar situações sem ter em conta os problemas e a vida de quem neles trabalha.

No caso dos dois aeroportos que hoje referimos, queríamos deixar expresso que continua a ser necessário à Região, por várias razões, que o Aeroporto de Santa Maria mantenha as condições de operação que hoje tem e que o Aeroporto das Flores tenha a operacionalidade que também hoje tem.

Para isso têm que continuar a ter, no essencial, os quadros de trabalhadores actuais.

Disse

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Poucos anos após a revolução de Abril, um distinto socialista comentava as convulsões internas do então PPD, afirmando:

"Um partido não é uma mera justaposição de personalidades mas, antes, uma forma concreta de organizar um determinado trabalho colectivo", citei.

Outro disse - "A política é um esforço para fazer reinar a ordem e a justiça, pois o poder assegura o interesse geral e o bem comum contra a pressão das reivindicações particulares", sic.

Meus senhores, o folhetim que os dirigentes do Partido Socialista nos forneceram após as eleições autárquicas revela que os socialistas sem líder e pelo abandono a que votaram o seu projecto, se o tinham, demonstram que optaram por um tipo de política que só serve para manter os privilégios de uma minoria.

O PS conhece problemas de recrutamento e de envelhecimento, é prova disso o recrutamento de tudo e todos, Ex-sociais democratas ressabiados porque foram apanhados pela renovação legítima de um partido dinâmico.

Outros, preteridos pelas suas incapacidades, logo correm, oferecendo-se aos socialistas e, imediatamente, são promovidos a cabeça de lista de cargos institucionais.

Professores-Doutores e Doutores de outras áreas partidárias, oportunisticamente aproveitam-se da desorganização e ineficácia do PS para gerar soluções no seu seio, ocupando assim lugares de destaque da actuação política.

Estes, despudoradamente, assumem publicamente posições contra o partido que humildemente lhes acolhe.

Em minha opinião, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Partido Socialista necessita de elevar a fasquia da admissão à sua classe política, sob pena de alimentar oportunistas, de alimentar uma geração perdedora, que em alguns casos toca a raia da mediocridade que não o conduzirá a lado nenhum e desvaloriza o nosso sistema político, prejudica a Autonomia e descredibiliza as nossas instituições.

Mas, porque é Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, que o PSD se preocupa com os problemas internos do PS ?

A derrocada do PS não será a consolidação do sucesso do PSD ?

A instabilidade permanente no PS não será a garantia de perpetuar o PSD no Governo ?

A guerrilha institucional entre os dirigentes do PS não será a garantia que outras gerações no PSD exercerão no futuro facilmente o poder ?

Tudo isto poderá ser o sucesso do PSD, mas nós não queremos ter sucesso só porque os outros são maus.

Por isso, o PSD lamenta profundamente a crise permanente do principal partido da oposição.

Queremos uma oposição forte, credível, responsável, prestigiada, activa e interveniente.

Quero aqui reafirmar que faço parte de uma geração que cresceu em democracia,...

Deputado António Gomes (PS): Não parece!

O Orador: ...que defende e defenderá sempre os valores que a caracteriza. Assim, rejeitamos e repudiamos as tentativas do PS ao destruir-se. Tenta isolar o PSD, descredibilizando assim, as instituições e os respectivos titulares.

É pena que assim seja, mas infelizmente constatamos que o Partido Socialista normalmente se esgota nos actos eleitorais, o que é muito pouco para consolidar a democracia.

E é pena, muita pena que a prática sistemática do PS, que pensa que ser oposição é objectivamente dizer mal do Governo e tanto melhor oposição é, quanto pior disser ou seja, quanto pior melhor.

É pena, muita pena que o PS, sempre em côro com o PCP e CDS/PP, faça um retrato "miserabilista" da Região.

O PS e o resto da oposição não veêm os Açores pelas suas potencialidades, mas sim pelas suas fraquezas. E, como é inevitável, o miserabilismo conduz à impotência.

É pena, muita pena, que o Partido Socialista para antecipar as desculpas dos seus insucessos eleitorais, fale no fim da Autonomia.

É pena, mas é esta, custe o que custar, a conclusão política que se retira do comportamento do principal partido da oposição.

De facto, qual é o partido Europeu no Mundo, que tendo uma intenção séria, responsável e credível de ser Governo, se comporta desta maneira?

Qual é o partido que tendo a intenção séria, responsável e credível de ser Governo é incapaz de fomentar a mobilização da sociedade na defesa de um projecto de desenvolvimento, como aquele que queremos para os Açores?

Qual é o partido que tendo a intenção séria, responsável e credível de ser Governo se limita, na prática, a ser um mero contra-poder, não dizendo coisa com coisa e entrando em sucessivas contradições como suscitou ainda hoje o debate das escalas técnicas.

É o desalento e a impotência do PS para sanar o que eles mesmo criaram.

É a angústia, não só pelo completo desnorte estratégico que vai pelas suas fileiras, mas também, por não conseguirem gerir as desmedidas ambições de muitos militantes que sonham com o poder partidário.

Sonho este, que nem as declarações de "fidelidade" e de "solidariedade" aos diversos líderes, de forma nenhuma conseguem disfarçar.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Ao Eng. Martins Goulart, eu sei que os últimos tempos não têm corrido de feição, mas venho aqui dar-lhe uma palavra de estímulo e compreensão.

Ao "Melhor do Mundo", só me resta, citar o grande escritor e filósofo francês, Francois Voltaire:

"Que Deus me defenda dos meus amigos, já que sei defender-me muito bem dos meus inimigos".

Deus, infelizmente não o defendeu.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Manuel Serpa pede a palavra para?

Deputado Manuel Serpa (PS): Para protestar, Sr. Presidente

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, gostaria de manifestar a minha profunda "comoção" com as palavras "fúnebres" que o Sr. Deputado Rui Melo atribui ao PS, a esta bancada e a todos aqueles que militam ou são simpatizantes deste partido.

O PS é feito de homens e os homens têm defeitos. Como partido também tem defeitos, mas entre este PS e a derrocada, vai uma grande distância.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não temos é arcanjos!

O Orador: Tenha calma!

Queria dizer-lhe também que os partidos existem para fazer reinar a ordem e a justiça social.

Os Senhores acabaram há pouco de manifestar aqui, publicamente, diante de todos os açorianos, que **são contra isso!**

A justiça social, o amor ao próximo e não têm pena daqueles que não ganham o que devem ganhar e que deve envergonhar qualquer deputado que há nesta Casa, que tem a sua consciência limpa!!

Isso é que é importante. Mas mais, eu queria dizer ainda o seguinte, e este é que é o meu protesto:

É verdade, Sr. Deputado, que ao PS chegam alguns arrivistas do PSD. Mas não se esqueça que nunca vi na minha vida tanta capela de PCP's no PSD e "convertidos!"

Infelizmente o PS não pode "baptizá-los"!

Mas os Srs têm essa habilidade extraordinária: "baptizam" dezenas de PC's - peço desculpa ao Sr. Deputado Paulo Valadão - que aparecem depois nas ilhas como os grandes arautos da defesa da social-democracia - isto é muito bonito!

Se for preciso, eu digo nomes e números, mas o Sr. Deputado conhece-os tão bem como eu!

Não se esqueça desta lição!

Deputado Rui Melo (PSD): Não é uma lição.

O Orador: É muito grande.

Quer dizer, do PSD ninguém foi para o PD, mas do PC para o PSD, isso é fácil, é normal, é legítimo, é oportuno, importante, é bonito, isso é baptizável!

Tenha calma, Sr. Deputado!

Nós somos o que somos, aceitamos as suas críticas, porque é normal em democracia, mas pense para dentro de si e do seu partido e respeite quem está, porque quem está aqui respeita a liberdade, respeita os outros e conhece bem o que se passa na política regional.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Lopes pede a palavra para?

Deputado Fernando Lopes (PS): Para defesa da honra, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde o primeiro momento em que entrei na vida política, como aliás na minha vida particular e pública, tenho pautado a minha intervenção por princípios éticos e de profissionalismo.

Nunca nesta Assembleia, como fora dela, pautei as minhas intervenções por ataques pessoais!

Nunca dentro desta Assembleia, nem fora dela, levantei atoardas contra alguém.

Não reconheço, também a ninguém, dentro desta Casa, competências para poderem avaliar da minha capacidade académica e profissional, porque essa já foi avaliada e continua a ser avaliada em sede própria!

Avaliação permanente dos meus pares, até a esses eu reconheço o direito e o dever de me avaliarem. A outros, não reconheço!

Não devo nada a ninguém. Do ponto de vista académico, do ponto de vista profissional, não se dão favores! Não se compram favores! Conquista-se por direito próprio!

Com honra aqui digo que o conquistei. Conquistei-o, à custa do meu esforço pessoal académico, intelectual e também financeiro.

Porque também aí, não devo nada a ninguém, a não ser a mim próprio e à minha família.

Tenho dito.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Valadão pede a palavra com que finalidade?

Deputado Paulo Valadão (PCP): Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para um protesto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aproveito esta figura regimental do protesto em função das palavras pronunciadas pelo Sr. Deputado Manuel Serpa.

Efectivamente, não terei aquela experiência de relações humanas tão profundas que tem o Sr. Deputado. No entanto, tenho alguma vivência política que já vem de alguns anos, o que me permite fazer alguma apreciação à actividade política.

Também não conheço os homens tão profundamente como conhece o Sr. Deputado Manuel Serpa, porque é especializado no conhecimento dos homens.

De qualquer modo, gostaria de referir que determinadas pessoas que em determinada altura aderiram ao PCP, admito que o fizeram por oportunismo político. E em boa hora saíram do Partido Comunista. E digo-o, Sr. Deputado, porque desde o dia 2 de Maio de 1974, conheço o que se começou a passar nos Açores por experiência própria. E, por isso mesmo, de uma maneira geral, conheço aqueles que entraram, aqueles que saíram do Partido Comunista Português.

Devo dizer-lhe que, hoje, no PCP, estão homens e mulheres que, por engano, iludiram-se com o Partido Socialista, com o PSD, com o CDS e com outros, o que é compreensível, porque as pessoas evoluem durante a sua vida.

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Por outro lado, considero que por oportunismo político, há hoje pessoas que ontem estiveram no PC e que hoje estão aí desse lado, como estão acolá.

E digo que é por oportunismo político, porque as pessoas que hoje estão no PCP, estão porque lutam por um ideal, lutam por uma sociedade melhor e se saíram do Partido Comunista Português, não foi para lutarem por uma sociedade melhor. Foi por outros interesses, que se o Sr. Deputado quiser, nós podemos aprofundar.

Não aprofundo esse problema agora, por falta de tempo.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Pedro Ávila pede a palavra para?

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Para defesa da honra, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Senti-me ofendido, quando ouvi o Sr. Deputado Rui Melo dizer aqui que a prática do PS se esgota nos actos eleitorais.

Quer como autarca eleitor há vários anos, quer como deputado, tenho que me sentir ofendido, porque faço parte deste PS, pois quer no ano que tenho passado nesta Casa, quer nos anos que passei na Assembleia da República, quer nos anos que tenho como vereador, ora da oposição ora até no mandato que passou na Câmara de S. Roque, tenho procurado dar o meu melhor, desinteressadamente, em prol dos anseios das populações que me elegeram.

Não me adianta mais, mas não ficaria bem com a minha consciência, e "quem não se sente... pois talvez não venha de boa gente", e também - passe o aparte - o Sr. Deputado certamente não estava a referir-se a mim. Mas também é verdade que eu não ficaria bem comigo mesmo, se não dissesse isto que acabei de referir.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho que iniciar tal como o Sr. Deputado Manuel Serpa: é com profunda comoção que eu constato que os Srs. Deputados estão de facto afectados. E ficam furibundos, quando nós alertamos - como é hábito têm a memória muito curta, esquecem-se facilmente - para as atitudes políticas e a maneira como exercem a política.

Eu tive o cuidado de usar na minha intervenção uma linguagem acessível, foi uma humilde intervenção feita de boa fé, para vos alertar que, de facto, é muito mau para nós e para o sistema autonómico que as coisas assim aconteçam, ou seja, a degradação e quase a instalação, por imposição, de um partido único e nós não queremos isso.

Eu cresci em democracia, mas talvez o Sr. Deputado esteja ainda com ideias do passado. A minha prática é a do diálogo, do fundamento, do respeito por todos, da discussão e da procura de soluções.

Em relação à questão que levantou sobre alguns militantes do PCP que vêm para o PSD, eu devo dizer-lhe que não conheço ninguém que, depois de ter definido a sua vida e ter feito uma opção de homem, tenha mudado do PCP, ou do PS, ou do CDS/PP. Conheço muitos, sim, que na sua juventude militaram nos partidos de esquerda e várias organizações. Por isso, estou plenamente de acordo com o Sr. Deputado Paulo Valadão, em relação ao que se passa aqui e para o que se chamou a atenção, ou seja, para os oportunistas que, constantemente, se arvoram como sendo os homens da sociedade civil, mas que usam o partido para se credibilizarem.

Nós não estamos a pôr aqui a questão académica ou profissional, meus senhores.

Nós estamos aqui num órgão político e estamos a analisar atitudes políticas que estão a ser julgadas.

E reconheço - porque pessoas competentes dizem - que o Sr. Deputado profissionalmente é competente. Em termos políticos, Sr. Deputado, penso que todos nós sabemos o que é que tem sido a sua actuação. E digo-lhe mais: eu utilizei uma linguagem correcta e humildemente abordei esta questão, porque se não fosse, dir-vos-ia que "o crime compensa!". E porquê?

Porque se há um deputado que apóia um partido da oposição, é promovido a um lugar de liderança, no cargo de vice-presidente.

Há um outro deputado que constantemente destrói o Partido Socialista, que o "achincalha" mesmo na comunicação social e é promovido também.

Há outro ainda que denuncia o líder na comunicação social e é promovido.

Eu não vim dizer que o crime compensa. Eu vim, simples e humildemente, alertar para determinadas questões.

Quanto à questão levantada pelo Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, quero dizer-lhe que não tenho o "know how" nem o "élan" suficiente, para poder responder, convenientemente, às questões que me apresentou.

Presidente: Srs. Deputados, nós estamos em cima da nossa hora regimental para o primeiro período. Vejo que o Sr. Deputado Fernando Menezes tem um requerimento para o prolongamento da Sessão.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Fernando Menezes e agradeça que me dissesse para que efeito a pretende.

Deputado Fernando Menezes (PS): Para prestar esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Jorge Cabral disse há pouco em "off" que as intervenções do Sr. Deputado Rui Melo tinham o condão de nos irritar.

Eu devo dizer, sorrindo, que a mim não me irritam. Posso achar estranho e curioso. É com esse sorriso nos lábios que eu queria dizer ao Sr. Deputado Rui Melo que não lhe fica bem vir para aqui derramar "lágrimas de crocodilo" sobre o Partido Socialista.

Não lhe fica bem, porque está a intrometer-se em áreas que não lhe dizem respeito. Por outro lado, o Partido Socialista, tal como disse o meu camarada Manuel Serpa, é um partido de gente, de homens e não de "arcanjos" que se perpetuam no poder. Nós somos, de facto, muito mais "terrenos" do que isso.

Falou V. Ex^a. , Sr. Deputado, em "impotência do PS". Essa palavra tem sido muito utilizada, recentemente, no foro político. E a propósito de impotência queria dizer-lhe o seguinte:

O Partido Socialista tem potência suficiente para combater a política injusta do PSD e para manter a sua coesão, apesar de todas as vicissitudes que, ultimamente, nos têm acontecido. Temos potência para isso e para muito mais!

Gostaria também de dirigir, neste momento, uma palavra ao Sr. Deputado Paulo Valadão, para dizer-lhe que protestamos contra as suas afirmações no que diz respeito ao Partido Socialista. E lembramos ao Sr. Deputado que é uma estranha forma de defender os pontos de vista do PCP, fazer alianças com o PSD - como o PCP tem feito por todo o País - designadamente, na Marinha Grande, em Loures, em Almada, em Braga e por aí fora.

Estranha forma de vida, Sr. Deputado do PCP!

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Manuel Serpa pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Manuel Serpa (PS): Para protestar, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Antes do protesto, eu quero - mais uma vez - "comover-me" com a humildade patenteada pelo Sr. Deputado Rui Melo. Foi um discurso cheio de humildade que me comove "profundamente"!

Gostaria de dizer-lhe que pode criticar e tem o legítimo direito de fazer as críticas que entender. Mas a mim, de certeza não dá lições de democracia - tenha paciência!

Pode medir a idade e os anos e tudo o que quiser, mas garanto-lhe em absoluto que não me dá **a mínima** (repare bem!) lição de democracia - isso não!

A humildade fica-lhe bem, mas como ultrapassa a humildade, já está numa área que não lhe fica bem.

Portanto, quando falar, meça bem aquilo que diz.

Quero dizer-lhe ainda que os problemas dos partidos existem. Os partidos têm problemas. As promoções ou não dentro dos partidos, são partidárias.

V. Ex.^a. sabe muitíssimo bem - não preciso segredar-lhe isso - que dentro do seu partido também houve atritos, também houve discussões, também houve problemas. E aqueles que os provocaram, são agora "premiados" em instituições públicas. Sim ou não?!

Vozes do PS: Sim, sim!

O Orador: Bom, é melhor o Sr. Deputado acalmar-se.

Tal como já referi, críticas tem todo o direito de as fazer. Nós merecêmo-las com certeza. Mas não ultrapasse aquilo que está dentro dos limites duma crítica correcta e séria. A partir daí, estamos aqui para nos defendermos.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Valadão pede a palavra para?

Deputado Paulo Valadão (PCP): Para prestar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista trouxe à colação aquilo a que ele, abusivamente, chamou de "coligação" com o PSD. E o Sr. Deputado sabe perfeitamente que o PCP não fez qualquer coligação, qualquer entendimento profundo com o PSD.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Adolfo Lima*): E se fizesse?

O Orador: Agora o que o PCP fez, foi entendimentos com eleitos do PSD, tal como fez com eleitos do PS ou de outro qualquer partido, no sentido da defesa das populações.

Não precisa ir a Loures, nem à Marinha Grande, nem ao Barreiro. Pode trazer isso para a Região Autónoma dos Açores.

Devo dizer-lhe que na Ilha das Flores o PCP entendeu-se com eleitos do PSD locais, no sentido da defesa dos interesses das populações que elegeram os autarcas lá.

Da mesma maneira que, por exemplo, na Assembleia de Freguesia de St^a. Cruz das Flores o Partido Socialista entendeu-se com eleitos do PSD, no sentido de colocar na junta de freguesia determinadas pessoas que até eleitos do PSD entendiam que não tinham competência para lá estar.

Quer dizer, o Partido Socialista entendeu-se com eleitos do PSD, para colocar lá os piores!

Ora, é isto que é lamentável. É lamentável ao ponto do eleito do PS na Assembleia de Freguesia de St^a. Cruz das Flores, há uma semana, ter aprovado e apoiado o plano e orçamento da mesma, proposto pela junta de freguesia, totalmente ilegal. E essa junta de freguesia esquece-se de apresentar, de acordo com a lei, o saldo do ano anterior, por manobras políticas que nós na altura própria havemos de nos socorrer de autoridade competente. Pois o PS nessa assembleia de freguesia é um entusiasta apoiante da junta de freguesia que é contestada, inclusivamente, por elementos do próprio PSD, tal como foi contestada por elementos da CDU.

Ora, Sr. Deputado, em relação a estas matérias, V. Ex^a. não nos pode dar lições, nem dará. Até porque, se V. Ex^a. quiser, nós podemos aprofundar, longamente, estas coisas.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (*Natalino Viveiros*): É melhor não!

O Orador: Da nossa parte, só não aprofundamos por falta de tempo.

Mas V. Ex^a. sabe que o podemos fazer!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo para prestar esclarecimentos.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde já, gostaria de lamentar que o PCP não seja o maior partido da oposição, com uma postura destas. Quanto ao Sr. Deputado Manuel Serpa, eu devo dizer-lhe que não dou lições, não quero dar, pois não sou professor de profissão. Porém, humildemente, recebo lições.

Continuarei disponível, sempre que alguns Srs. Deputados do Partido Socialista quiserem ensinar. Mas quero avisá-los de que tenho aprendido depressa e isso poderá ser mau para os senhores.

Em relação ao Sr. Deputado Fernando Lopes, eu não quis fazer um protesto, mas quero reafirmar que o PSD quer continuar a ser governo e quer continuar a ser o maior partido. E quer ser um partido que esteja inserido numa sociedade democrática e dinâmica, em que os seus órgãos e agentes políticos credibilizem o sistema político. A nossa defesa e o meu alerta é neste sentido. Ou seja, para nós é de grande importância para o futuro do nosso sistema político-administrativo da Região e para a consolidação da autonomia, que as instituições tenham credibilidade e que os seus agentes políticos se assumam com as capacidades e com a dignidade de estar ao serviço dessas instituições.

Os Srs. nesta Casa, não podem reivindicar dignidade e, depois, no dia a dia, no exercício das suas funções partidárias, não apresentam esta dignidade. E é isso por que eu me bato aqui e continuarei a bater-me.

Penso que a grande potência do Partido Socialista deve ser usada para o bem, ao serviço da Região e não apenas com a intenção de destruir e lançar a desestabilização para poder sobressair e para ver quem é que aparece, constantemente, nas páginas dos jornais.

Não é essa a função dum político e é nesse sentido que eu pugno para que todos nós nos ajudemos uns aos outros a fim de nos corrigirmos. E continuarei a querer dar um contributo nesta matéria.

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas pede a palavra com que finalidade?

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros): Para prestar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu, de facto, não entendi muito bem durante este debate, a "troca de galhardetes" que houve aqui por parte do Sr. Deputado Manuel Serpa, relativamente à entrada e saída de PC's e sua adesão, bem como a adesão dos PS's e dos PSD's.

Eu não entendo porque é que há este problema todo, porque os Srs. fizeram...

(Aparte inaudível do Deputado Fernando Fonte)

O Orador: ... E há-de ser. Por que é que não se há-de falar?

Quero apenas que fique registado aqui o seguinte:

Os Srs. fazem um "bicho de sete cabeças" com as entradas e saídas e aos "passos de capote" e esquecem-se que os Srs. protagonizaram as mais incríveis alianças que nós vimos nos últimos anos, designadamente em P. Delgada, por exemplo, onde juntaram elementos da FLA, com elementos separatistas, com o PCP, com a UDP, MRPP.

Deputado Manuel Serpa (PS): Eu só respondi ao Sr. Deputado Rui Melo.

O Orador: Ah, o Sr. Deputado só respondeu. Julgava que tinha afirmado, peço desculpa.

Mas foi apenas para que fique registado, porque eu não percebo porquê esta "troca de galhardetes", porque ao fim e ao cabo, se há alguém que é o campeão das "trocas de baldrocas", é o Partido Socialista e mais ninguém.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Ó Manuel, tem paciência desta vez!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte para pedir esclarecimentos.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O pedido de esclarecimento vai para o Sr. Secretário da Habitação. E para dizer-lhe que eu tenho ouvido tantas coisas a seu respeito, que há algumas em que eu não acredito.

Mas há uma que gostaria de perguntar-lhe directamente e é a seguinte:

- O Sr. Secretário alguma vez pertenceu à FLA?

Deputada Lisete Silveira (PS): "Não confirmo nem desminto!"

Presidente: Para responder ao Sr. Deputado Fernando Fonte tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Fernando Fonte ouviu tantas coisas a meu respeito, com certeza acreditará naquelas que quiser e naquelas que não quiser não acredita.

Devo dizer-lhe que algumas são verdadeiras, outras não são.

Eu também tenho ouvido imensas coisas a seu respeito, umas boas outras más, e não me preocupo sequer em averiguar se elas são verdadeiras ou falsas.

Eu faço o meu juízo e evidentemente há até uma coisa que tenho por norma, ou seja, a vida das pessoas - desde o momento que não implique com a minha vida - não me preocupa.

Portanto, esta questão está arrumada.

Quanto à vida pública, as minhas actividades são públicas e notórias. Por isso não há problema sobre esta matéria.

Quanto à pergunta feita pelo Sr. Deputado Fernando Fonte, eu devo dizer-lhe que sou militante do PSD desde 1974.

Deputado Fernando Fonte (PS): Isso não é incompatível!

O Orador: O Sr. é que sabe!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A 25 de Abril de 1974 Portugal libertou-se de uma ditadura e restituiu-se aos portugueses os direitos e liberdades fundamentais, que estão devidamente expressos na Constituição da República Portuguesa. É este documento que corresponde às

aspirações de Portugal inteiro. É ele que aponta para a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

De entre as regalias e deveres dos portugueses, a Constituição da República Portuguesa no seu artigo 74º (ensino) diz que "Todos têm o direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É sobre a problemática do ensino oficial que mais uma vez vou utilizar esta tribuna, conduzindo a minha intervenção exclusivamente, sobre o direito que assiste aos jorgenses, como Portugueses e Açorianos, de lhes ser administrado o ensino em condições a que os mesmos facilmente possam ter acesso.

Considero que não é a legislação em vigor, aprovada nesta Assembleia pela maioria, que resolve com justiça, a situação dos estudantes das Ilhas onde não é administrado o 10.º, 11.º e 12.º anos.

Sempre estive em desacordo com o Governo Regional quanto à política que tem vindo a utilizar, no âmbito do ensino acima citado e nas Ilhas onde este não existe.

Discordo do Decreto Legislativo Regional n.º 26/92 (Contenção de Despesas) que entre outros veio revogar o Decreto Legislativo Regional nº 16/92/A porque este último, revestia-se de maior justiça e por esse facto considero desrespeitante o preâmbulo do Decreto Legislativo Regional n.º 26/92 sobretudo porque diz o seguinte e cito:

"... é absolutamente indispensável concentrar a aplicação dos recursos existentes no cumprimento estrito das obrigações fundamentais, deixando cair veleidades de ir para além, em termos que se traduzem em puro despesismo".

Esta citação elege, naturalmente, como prioridades investimentos em "Monumentos da Autonomia", obras megalómanas e de fachada, algumas autênticos elefantes brancos, e prejudica a verdadeira "AUTONOMIA" que só se consegue superando desigualdades e evitando assimetrias.

A educação é na minha óptica a pedra basilar da "AUTONOMIA". É ela que habilita os cidadãos a participarem democraticamente numa sociedade livre, contributo para o desenvolvimento da nossa Região.

Mas antes que me esqueça vou jogar com alguns dados e fazer algumas contas para que possamos analisar, em toda a sua extensão, os apoios aos estudantes que saem da sua terra.

Anteriormente, estava em vigor um Decreto Legislativo Regional que atribuía uma passagem de ida e volta e uma mensalidade de 12.500\$00 a todos os estudantes.

Hoje os apoios são concedidos ao estudante cujo rendimento per capita do seu agregado familiar não exceda os 25.000\$00. (Sendo de 10.000\$00 por mês para os alunos com capitação até 20.000\$00 e de 12.500\$00 para os alunos com capitação compreendida entre 20.000\$00 e 25.000\$00.)

Esta legislação na prática poderá favorecer o filho do patrão e não privilegiar o do empregado, bastará para tal que o patrão declare um rendimento ou ordenado inferior ao do seu trabalhador.

No mesmo sentido um filho de um trabalhador por conta própria que tenha um bom rendimento per capita e só por viciar os dados, beneficia do apoio complementar.

Outro com ordenado declarado e ganhando na realidade bastante menos que o anterior terá que suportar na totalidade os encargos com o ensino do seu filho.

Mas para além do que atrás ficou dito vamos resolver os seguintes problemas matemáticos:

1º Problema - Uma família jorgense com um filho no 10º ano e que ganhe 76.000\$00 livres por mês fica sem direito ao apoio complementar. Contudo terá que remeter mensalmente 50.000\$00 por mês; Quanto é que lhe resta para o sustento do casal?

Resultado: a módestia importância de 26.000\$00 para o sustento de duas pessoas que terão de comer, vestir e pagar os encargos de casa.

2.º Problema - Uma família com 2 filhos no 10.º e 12.º anos que tem o rendimento mensal de 104.000\$00 e remete para cada filho que se encontra a estudar 50.000\$00. Quanto é que lhe resta para o sustento da casa?

Resultado: a mísera importância de 4.000\$00 por mês.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Que tristeza chegarmos a estes irrisórios resultados!

É imperioso uma mudança de rumo, e julgo que, quanto antes, deve este Governo implementar o 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade em S. Jorge.

Não há já desculpas! Basta vontade política para a consecução deste objectivo que passa pelo envolvimento sobretudo das Câmaras e do Governo Regional.

São precisos incentivos para os professores entre os quais a construção de apartamentos, (possivelmente através de contratos ARAAL com as Câmaras) a manutenção do subsídio de fixação e beneficiação da contagem de tempo para a reforma.

Não sou demasiado optimista; tenho é a certeza que se consegue professores para leccionar algumas áreas em S. Jorge.

Justifico esta afirmação com uma experiência recente e ao nível de um concurso para médicos com destino a um dos mais pequenos centros da Saúde dos Açores, concretamente ao Centro de Saúde da Calheta.

O Conselho de Gerência desta unidade de saúde publicou o concurso acima mencionado em dois órgãos de Comunicação Social do Continente, fazendo referência ao vencimento e respectivas regalias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sabem quantos concorreram? A maravilhosa quantia de 21 médicos! Aqui está o testemunho de que é possível ter-se técnicos e a propósito, suponho que o Senhor Secretário Regional da Saúde e Segurança Social sabe do resultado deste concurso.

Sendo assim não faz sentido este responsável do Governo ter-se envolvido num diploma inconstitucional que pretendia aumentar o número de utentes por médico de 1.500 para 2.500

Não me vou alongar muito mais com esta minha intervenção mas não termino sem lançar para reflexão o seguinte:

Vai subir a plenário a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 22/93 que pretende criar os Serviços de Psicologia e Orientação, designados abreviadamente por SPO.

Estes serviços de acordo com o estipulado na alínea b) do n.º 2 do Art.º 2.º da supracitada Proposta vão colaborar ao nível do ensino secundário na identificação e análise das causas do insucesso escolar propondo medidas tendentes à sua eliminação.

Tendo em consideração este articulado e o facto de em S. Jorge termos uma das maiores taxas de sucesso escolar ao nível do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, tal como se constata na publicação "situação sócio-económica dos Açores 1992" e considerando que o rendimento destes mesmos alunos baixa acentuadamente, isto deve-se sobretudo ao facto de saírem do seu ambiente social e familiar! Sendo assim, dar-se-á um grande passo em prol do sucesso escolar destes alunos com a criação do 10.º, 11.º e 12.º anos na Ilha de S. Jorge.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Gil Ávila para pedir esclarecimentos.

Deputado Manuel Gil Ávila (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Lopes:

Eu ouvi a vossa intervenção com atenção e o tema que referiu aqui, não me é estranho nem o é nesta Casa, porque também já o defendi. E todos nós concordamos e estamos sintonizados com o mesmo.

Eu queria apenas fazer o seguinte pedido de esclarecimento: falou-nos aqui na classe médica e no caso do Centro de Saúde da Calheta de S. Jorge, de publicitar os quadros para concurso existentes.

Eu gostaria de perguntar-lhe se por acaso sabe que todos os anos a Escola Preparatória da Calheta e penso que também a das Velas, têm ou não feito a mesma publicidade - digamos assim - e quantos professores concorreram, mesmo sabendo dos incentivos que existem na Região?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes para prestar esclarecimentos.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Manuel Gil Ávila:

Eu registei a pergunta que me fez. Sei que é um profissional nessa área, foi o director - até há poucos dias - do conselho directivo da Escola Preparatória da Calheta. E

relativamente ao centro de ensino no qual tem tido até agora responsabilidades, estará por dentro, certamente, dum processo desse género. Contudo, gostaria de dizer-lhe que não pense ter nos Açores professores com a habilitação necessária para leccionar o grau de ensino de que falei há pouco, ali na tribuna, sem serem criados incentivos capazes.

O Sr. Deputado desculpe-me que lhe diga, mas não virá nenhum professor licenciado, do continente para a Calheta de S. Jorge, habitar uma dependência numa casa particular, na condição de ter que comungar as mesmas instalações sanitárias, na condição de ter que estar à espera que elas estejam disponíveis para se poder preparar para ir à escola, na condição de ter que preparar as suas aulas debaixo da confusão dum ambiente familiar - de miúdos pequenos que estão na brincadeira - que afecta o hóspede, que neste caso é o professor e que gostaria de silêncio para poder preparar as suas aulas; inclusivamente, se é casado, se efectivamente lhe interessasse ir para S. Jorge, logicamente uma das primeiras preocupações que vai ter é sobre as condições de alojamento. E, depois de saber quais são essas condições de alojamento, fica desmotivado.

Por outro lado, acho que o subsídio de fixação completado com essa oferta de alojamento e com a contagem de tempo para a respectiva reforma, tornaria possível os 10º e 11º anos aqui em S. Jorge.

Para terminar, devo dizer que há bem pouco tempo, aqui neste Plenário, houve um debate vivo, porque era preciso aumentar o número de utentes por médico, porque não há médicos nos Açores. E bastou um concurso em dois órgãos de comunicação social do continente, para aparecerem 21 médicos e o Sr. Deputado deve saber disso. Portanto, quando dois meses atrás quando se dizia que era preciso aumentar o número de utentes por médico, precisamente por uma razão idêntica, acho que agora com investimento e com boa vontade, consegue-se avançar nesse sentido.

Presidente: O Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente pretende a palavra para?

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de perguntar ao Sr. Deputado António Gomes, se por acaso sabe se existem incentivos para a fixação dos licenciados na Ilha de S. Jorge (se sabe são suportados pelo Governo).

Sabe, caso existam, qual é a sua percentagem e também se se aplicam não só às pessoas vindas de fora, como aos oriundos de outras ilhas e até como aos da própria Ilha de S. Jorge?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Gil Ávila para pedir mais esclarecimentos.

Deputado Manuel Gil Ávila (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Lopes:

V. Ex^a. deveria saber todas estas coisas que eu lhe perguntei, porque nós somos vizinhos e amigos. É tudo uma questão de visitar a Escola Preparatória da Calheta e perguntar nas alturas certas.

O Sr. Deputado sabe muito bem que a Escola Preparatória da Calheta tem publicitado, constantemente, junto das universidades e de outras entidades, o subsídio de fixação que existe para as ilhas e neste caso também para S. Jorge.

Neste ano lectivo de 93/94, depois de publicitarmos, como deveria ser, conseguimos quatro apartamentos - que não tinham ninguém dentro - para os professores pagarem as suas despesas. E depois de esses professores terem 25 e 30% de subsídio de fixação (é uma questão de fazer contas e saber quanto é que é), sabe quantos professores concorreram...? Um, Sr. Deputado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes para prestar esclarecimentos.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Suponho que já dispensa o esclarecimento da minha parte, tendo em conta que o Sr. Deputado Manuel Gil Ávila já lhe terá falado em percentagens. Aliás, eu já conhecia essas percentagens e teria tido muito gosto também em fazer referência às mesmas.

Mas em termos de condições que são oferecidas aos técnicos, há de facto uma disparidade entre o que está a ser oferecido aos técnicos do ensino e o que está a ser oferecido aos técnicos da saúde.

O Centro de Saúde da Calheta está a pagar alojamento condigno aos médicos e enfermeiros. Daí que concorreram, naturalmente, vinte e um médicos para aquele centro de saúde, porque apresentaram-lhes o ordenado e o que eles iriam ganhar pela prevenção e não sei mais o quê, eles fizeram as suas continhas, tinham o alojamento oferecido - o que não é demais, porque nós precisamos deles - e viram que dava.

Estou convencido que se nós entrarmos numa dessas vertentes, não será também difícil conseguir-se professores, não direi para todas as matérias, mas mais professores, por forma a que possamos ter em S. Jorge algumas áreas de ensino.

Presidente: O Sr. Deputado Homem de Gouveia pediu a palavra para?

Deputado Homem de Gouveia (PSD): Sr. Presidente, é para pedir um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Homem de Gouveia (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como o Sr. Deputado sabe, eu sou médico e estou interessado também no problema da cobertura da Região.

De maneira que eu gostaria de perguntar se o Sr. Deputado me sabe informar qual é a base da legislação pela qual foram postos a concurso esses lugares?

Se foi uma legislação que está em vigor actualmente, ou se é uma iniciativa do próprio centro de saúde.

Gostaria de saber ainda, se desses vinte e um médicos que concorreram, quantos foram admitidos? E já agora, se me pode informar em que condições é que foram admitidos, especificamente?

Presidente: O Sr. Deputado Manuel Gil Ávila também tinha pedido a palavra, naturalmente para mais esclarecimentos. Tem a palavra.

Deputado Manuel Gil Ávila (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria apenas prestar mais um esclarecimento e que é o seguinte: tal como eu já referi na minha primeira intervenção, eu também fui uma das pessoas que defendi e continuo a defender o ensino para todas as ilhas. E não quero com isso dizer que discordo dos outros incentivos que o Sr. Deputado mencionou. Apenas disse, e continuo a dizer, que neste momento, além dos incentivos que se possam vir a criar, o

que se vê é que há uma falta de professores nas áreas que nós precisamos em S. Jorge, assim como na Graciosa e em outras ilhas.

Presidente: Vou dar a palavra ao Sr. Deputado António Gomes, mas queria, entretanto, informá-lo de que já dispõe de menos de 3 minutos.

Portanto, nessa circunstância, deverá usar da palavra para responder às perguntas que lhe foram feitas.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Quanto à pergunta feita pelo Sr. Deputado Homem de Gouveia, devo dizer que não estou habilitado a responder-lhe, porque não tive acesso ao concurso em si. Tive, sim, acesso aos resultados do mesmo, que até foi verbal, porque foram as pessoas responsáveis por esse concurso que me disseram quais tinham sido os resultados.

Sei que no Centro de Saúde da Calheta ficou um médico. Sei também que o Sr. Secretário da Saúde e Segurança Social soube disso, ficou muito satisfeito e ainda sugeriu - a título de brincadeira - para responsáveis de outros centros de saúde, que quando eles quisessem médicos, falassem com o Centro de Saúde da Calheta, porque com o processo utilizado, tinham conseguido uma boa concorrência, ao nível de concurso.

Não lhe posso adiantar mais nada sobre isso.

Posso ainda dizer-lhe que desse concurso, foram ainda aproveitados médicos para outras ilhas da Região.

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 15 minutos, durante o qual eu pediria aos Srs. Presidentes dos grupos parlamentares, ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e ao Sr. Deputado Paulo Valadão que nos reuníssemos na sala da Mesa.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 18,40 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

(Eram 19,00 horas)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Olhemos por que prisma político económico ou social, ou assentemos naquilo que hoje todos nós, de uma maneira ou outra queremos. Porque uma coisa é certa para todos todos os cidadãos, e, certa para todos os governantes: o melhoramento da qualidade de vida, é sem dúvida uma prioridade mundial, para qualquer povo, para qualquer nação, para qualquer raça. Mas tenhamos em atenção, que essa qualidade de vida, não melhora apenas porque: obtivemos o ordenado pretendido, a nossa empresa deu o lucro desejado, as pensões de reforma atingiram os níveis dignos, o insucesso escolar acabou, a esperança de vida alcançou níveis nunca antes sonhados. Infelizmente, o provérbio de que "não há bela sem senão", está e deve de estar cada vez mais presente, na vida daqueles que estão sem dúvida interessados num mundo melhor.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para que este mundo melhor possa existir ou em parte ser alcançado, é necessário que: o nosso Ambiente, seja recuperado, conservado, despoluído e respeitado. Isto, porque não se pode de modo nenhum, continuar a falar do respeito que temos ou devemos ter pelo Ambiente ou continuarmos a fazer estimativa de balanços, em relação a aspectos vitais deste tais como: água, florestas, are, paisagens, litoral, poluição industrial, resíduos, ruído, luz , solos, etc... quando países que serviram de modelo político, económico e cultural, a outras nações e povos, hoje, e cada vez que os seus arquivos vão sendo pesquisados, vão dando a conhecer ao mundo os horrorosos atentados ao ambiente e monstruosos holocaustos praticados na natureza; tudo em nome da sua ideologia e da qualidade de vida, que defendiam para os seus cidadãos. E se nos referimos àqueles casos que temos conhecimento, tais como, Estados Unidos da América e Ex-União Soviética, cuja comunicação social tem vindo a divulgar graças à abertura política e mudança de regime praticado nestas super-potências. O certo é que se destes já sabemos alguma coisa, doutros que

continuam herméticos, como a China, outros países da Ásia e alguns do extremo Oriente, nada se sabe daquilo que se tem passado, do que se passa ou até do que se pretende fazer em relação ao Ambiente no futuro. Mas se descermos numa escala, do Continente para a nação e do país para o cidadão, e, fixando-nos apenas neste último, veremos que, de um modo ou de outro, todos nós ou quase, atentamos em maior ou menor escala contra o Ambiente. E que fazemos? Criticamo-nos por isso?... Não!... Corrigimos os nossos hábitos de vida, até alcançarmos o modo de vida do homem primitivo das cavernas?

Também não!... Até porque não concordamos com ele e até porque isso seria a negação de toda uma evolução que julgamos positiva. Perante estes factos, que fazemos então? De duas atitudes, geralmente uma tomamos: ou nos mantemos indiferentes por falta de conhecimentos ou por comodidade, ou então criticamos o Governo, que julgamos desde logo responsável por todas as calamidades que aconteceram, que estão a acontecer e que irão acontecer.

Isto porque sem dúvida assim, é mais simples, porque é sempre mais fácil dizer que somos capazes de fazer quando sabemos que não vamos ter a responsabilidade de o fazer, ou seja, é melhor jogar com as cartas nas mãos dos outros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Isto não quer de modo nenhum dizer que o Governo, não tem responsabilidades na área do Ambiente. Tem e muitas e deve sem dúvida assumi-las, tal qual como se impõe e como urge que seja.

Porque não basta apenas ter uma Secretaria Regional do Turismo e Ambiente e uma Direcção Regional do Ambiente, esta apetrechada de alguns técnicos que no gabinete conjecturam ideias, esboçam planos e traçam projectos que depois de ordenados ocupam "dossiers" e estes depois de arquivados prateleiras.

A implementação de uma política de Ambiente, não é somente a consagração de uma atitude protectora- longe disso -, é muito mais um acto jurídico que desencadeia uma chuva de consequências, algumas delas ainda mais agressoras do Ambiente. Por isso, nenhuma política do Ambiente, poderá alguma vez proteger a natureza com meros actos de proibição. Isto porque, nenhum sistema repressivo, alguma vez

conduziu a outro resultado que não fosse o agravamento do facto que pretendia evitar.

Criar uma política do Ambiente, é portanto criar um projecto. Implica, por conseguinte, uma posição activa, construtiva e que dê resposta à vontade de quem beneficia dessa política. Exige, portanto, contrapartidas positivas. Apenas proibir ou congelar, significa sabotar a vida de uma região: aliás, o único processo de conseguir salvaguardar qualquer coisa, é contar com o apoio e empenhamento das populações locais e dar-lhes contrapartidas.

O Ambiente, não se impõe nem se decreta, pura e simplesmente paga-se. É como tudo que existe no progresso de que beneficiamos tem um custo. O Ambiente, também ele que nos é vital tem um custo.

E se atentarmos na valia deste produto, poderemos sem dúvida concluir que esta deve ser a factura que pagaremos menos contrafeitos. Assim é necessário calcular bem, mas mesmo muito bem, em números e cifrões o valor social e económico do nosso Ambiente, antes de acontecer como em algumas partes do globo, onde os custos da despoluição do ar, das águas, do solo etc... é quase incalculável e não há orçamentos que resistam aos custos de tais onerosas despesas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Felizmente, na Região Autónoma dos Açores, o nosso Ambiente não está ainda em condições alarmantes, que obrigue, como vemos por vezes surgir por aí, a pôr "remendos velhos em calças rotas", com o intuito apenas de criar espaço na comunicação social ou de tentar "tapar o sol com uma peneira".

Numa democracia, as boas ideias devem ser acarinhadas, venham elas donde vierem, as razoáveis estudadas e ponderadas e as más pura e simplesmente, rejeitadas. Só assim é que nos é possível levar a cabo trabalho válido, criterioso, eficiente e até porque tão urgente, como é o caso da lagoa da Caldeira, na Fajã da Caldeira de Santo Cristo, em S. Jorge, com a Fajã dos Cubres a Oriente e a Ribeira dos Vimes a nascente; nesta zona estende-se um dos patrimónios naturais mais ricos da nossa ilha e da nossa Região.

Não se trata apenas de um património jorgense, regional ou português. Pois todos quantos ali têm passado, venham de onde vierem, reconhecem um sítio único que é preciso preservar.

A riqueza morfológica destes cerca de 7 KM de costa - onde se encontram abruptas e escarpadas falésias, lagoas e praias de calhau rolado, pontagens e áreas agrícolas e de endemismo primitivo - alia-se algum interesse de natureza geológica.

Em terra vegeta um variado número de plantas, algumas características desta zona; no Ambiente aquático, vive grande variedade de algas, peixes e moluscos. Mas um dos aspectos mais interessantes desta costa, é sem dúvida as suas lagoas, que algumas aves migratórias visitam e a laguna ou lagoa de Santo Cristo, onde se produzem as famosas ameijoas de S. Jorge. Realmente, esta lagoa ou laguna, é sem dúvida não só do ponto de vista paisagístico, uma maravilha, como também do ponto de vista ecológico e geológico. No entanto, tão invulgar beleza paisagística e científica, parece que cega, ensurdece, desconcentra, desmotiva e gera amnésia acerca dos seus principais problemas que são: assoreamento constante da laguna, provável processo de eutrofização da mesma e fecho total do canal de comunicação da laguna com o mar.

Mas isto ainda não é tudo, porque por toda a Caldeira de Santo Cristo, existem abandonadas ao acaso várias toneladas de lixo. No entanto, é em toda a costa norte de S. Jorge, mas fundamentalmente na zona costeira aqui tratada, que se espalham pelas suas praias e calhaus, dezenas de toneladas de lixo, provenientes dos mais variadas origens: da ilha, das ilhas vizinhas, dos transatlânticos que cruzam as nossas águas, das traineiras e barcos de pesca, etc...

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só ser belo não chega, é também necessário ser limpo, "porque até o feio asseado, belo parece," segundo diz o nosso povo. Mas sem dúvida nenhuma, o belo no nosso entender quando limpo, é o ex-líbris que qualquer elemento de bom gosto deve preferir e a zona de que falamos é bela, só precisa apenas de estar asseada e que lhe demos a atenção que ela merece.

Deste modo, embora S. Jorge, não tenha organizações dos "SOS LAGOAS", "Azórica", QUERCÚS", Amigos da Terra", etc. tem, sem dúvida, gente que nos

visita e que ficam apaixonados pelas nossas paisagens. Por isso daqui fazemos também um convite a Sua Ex^a o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente, para que também ele visite a zona da Caldeira de Santo Cristo, acompanhado da Sr^a Directora Regional do Ambiente e Director Regional do Turismo, pois segundo os especialistas, é junto à lagoa da Caldeira de Santo Cristo, que existe a melhor zona de ondas nos Açores para a prática do "Surf" e "bodybord" e uma das melhores da Europa. Situação esta que já começa a levar à Caldeira alguns amantes da modalidade, embora o apoio em estruturas de índole turística sejam inexistentes. Evidentemente que convidamos Sua Ex^a o Sr^o Secretário do Turismo e Ambiente a deslocar-se à Caldeira de Santo Cristo em S. Jorge, não para daqui a 20 anos, nem tão pouco para ontem, mas sim para o mais breve que Sua Excelência possa. Isto com o intuito de o Senhor Secretário se inteirar "in situ" dos muitos problemas que nos afligem e às gentes do círculo eleitoral pelo qual fomos eleitos e a todos os verdadeiros defensores do Ambiente.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes para uma intervenção.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Subo a esta tribuna para abordar dois assuntos que preocupam os corvinos e a meu ver merecem alguma atenção.

O primeiro prende-se com a redução dos voos da SATA, no período de inverno, de e para o Corvo. Verifica-se que esta ilha tem sido prejudicada, tanto no transporte de passageiros como no transporte de carga.

Refiro-me, nomeadamente, à mala do correio que está no aeroporto da Terceira há algumas semanas.

Mas grave, são os passageiros que necessitam de se deslocar por diversos motivos, em particular quando esta deslocação se prende com motivos de saúde, que terão de fazer a mesma viagem como quando a Ilha do Corvo ainda não dispunha de

aeroporto, ou seja, têm de fazer a viagem de barco para as Flores e, posteriormente, seguir na SATA que, felizmente, mantém ainda voos com alguma regularidade para aquela ilha.

Esta descrição que aqui deixo já se verificou algumas vezes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Quanto ao outro assunto, prende-se com o transporte marítimo.

Quero, uma vez mais, chamar a atenção do Governo Regional para o facto de que a exportação de gado do grupo ocidental para Lisboa, continua a desenrolar-se em moldes que em nada beneficiam os proprietários do referido gado.

Isto, porque o navio sai do Corvo e só doze dias depois, é que chega a Lisboa e a razão é simples: o navio percorre as ilhas do grupo central, como que em jeito de cruzeiro turístico, e só depois segue para o continente, causando transtornos para os vendedores que assim vêem o seu gado perder cerca de 12% do valor real.

Espero que o Governo Regional, através do seu departamento competente, no caso a Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, venha a intervir junto das entidades com responsabilidades, a fim de se resolver este assunto que não é de forma nenhuma aceitável.

Não pode haver açorianos "de primeira" e açorianos "de segunda".

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Rosa para uma intervenção.

Pedia ao Sr. Deputado do PSD o favor de o substituir na Mesa.

(O Deputado Gaspar da Rosa foi substituído pelo Deputado José Ramos Aguiar)

Deputado Gaspar da Rosa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tocou em sorte à geração presente ter como objectivo principal a esperança de construir e fundamentar a autonomia Político-Administrativa dos Açores, como

marco histórico para o progresso traduzido na complexidade do desenvolvimento, económico, social e cultural, pedra de fecho da abóbada formada por todas as Ilhas desta Região.

Responsável nesta construção e, determinado na execução dos deveres de Deputado, consciente na procura empenhada de situações que concretizem os anseios das populações do círculo eleitoral que me honro de representar, descreverei algumas infra-estruturas básicas que "teimam" por circunstâncias várias, em corporizarem-se funcionalizando-se ao serviço dos Picarotos, que fazem parte integrante do cômputo geral, para ganharmos em pleno a batalha da autonomia da Região Açores.

Começo pela educação que alguém entendeu "escalanizá-la" entre os valores humanos precedendo a vida e a liberdade.

- No findar do milénio as escolas adquirem um relevo inegável na preparação da pessoa humana na ajuda para a transição que se avizinha da era industrial para a era do saber.

A construção da Escola Secundária Cardeal Costa Nunes na Madalena, continua a processar-se com lentidão exasperante, dificultando antever a data da sua conclusão.

A entrada em funcionamento da Escola Secundária Cardeal Costa Nunes, contribuirá além de educar, dirigir e instruir as novas gerações para aqueles Picarotos que por dificuldades económicas ficam à partida e, para sempre com o futuro adiado, contribuirá para que o orçamento dos lares Picarotos não tenha que desdobrar-se, debilitando-se com a quantia sempre crescente destinada a manter elementos familiares, na procura do crescimento educacional em outras ilhas, contribuirá por último e, o mais grave no nosso entender para que não aconteça o actual desenraizamento familiar prematuro de jovens e de futuros quadros que não regressarão à terra que lhes serviu apenas de berço para sonhar na sua meninice.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O traçado de uma estrada e a sua conservação constitui uma parte muito importante na planificação geral da sociedade. A rede viária Regional na Ilha do Pico merece atenção e celeridade na reparação e conservação. Parte da extensão do pavimento do traçado da Estrada Regional circundante, está carenciado de repavimentação,

apresentando depressões e covas que dificultam atrasam, enervam e desgastam utentes e veículos que por absoluta necessidade nelas transitam.

Na actualidade a construção de uma estrada é precedida de cuidadosos estudos, são muitas as exigências, primeiro que tudo têm que proporcionar acessibilidade e segurança constituindo norma fundamental que "o tráfego é que decide a estrada", no entanto e principalmente no troço Regional entre a freguesia de São Caetano e a Vila das Lages do Pico devido ao mau estado do pavimento" a estrada é que decide o tráfego".

É urgente que a verba orçamentada no corrente ano de 94, seja libertada e aplicada na reparação e conservação destes troços.

Outras infra-estruturas fundamentais no caminhar seguro da escalada para atingir a maioria de Ilha, como a ampliação do aeroporto, a construção do Centro de Saúde, o ordenamento do Porto Comercial, o Projecto de Defesa da Orla Marítima da Vila das Lages, todas elas incluídas no Plano e nos objectivos a atingir até 1996.

Não nos atemoriza o desafio deste volume de obras indispensáveis para que o desenvolvimento e crescimento da Ilha do Pico seja uma realidade, porque sentimos que não estamos sozinhos em campo, sabemos que no mundo de hoje não existe mais espaço para iluminados, no mundo de hoje marcado com a rapidez inimaginável e constante competitividade, a resposta está na resolução integrada de desenvolvimento, onde predomine o sentido da participação, em vez do sentido do domínio.

Advoga-se que as forças políticas mandatadas para a administração e resolução dos interesses da Ilha do Pico, encontram espaço com o Governo para a reflexão, para aprofundar problemas, para a procura empenhada de soluções para a Ilha.

Ultrapassar barreiras, que cada vez mais só podem ser vencidas com serenidade, realismo, rigor e humildade, sem protagonismo desta ou daquela força, adquirindo assim a inabalável determinação no desenvolvimento, no contexto de verdadeira unidade de Ilha, encontrando soluções para a crise que abre brechas nas famílias, nas empresas, nas instituições, só ultrapassadas, se nos unirmos, solidariamente, na defesa dos nossos valores, interesses e direitos, na retoma económica que o ano de 1993 veio sem dúvida interromper. Na Ilha do Pico estão criadas as condições para,

finalmente, sair do marasmo, do esquecimento e continuar a ser a Ilha do presente e do futuro que a Região Autónoma dos Açores merece.

Obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, esgotámos o tempo que tínhamos destinado para o Período de Antes da Ordem do Dia. Vamos passar ao Período da Ordem do Dia e vamos apreciar o primeiro diploma que temos agendado para hoje.

Trata-se duma Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a "Actividade do Comércio a Retalho".

Está aberta a discussão, na generalidade, sobre este diploma.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude para uma intervenção.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (Gaspar da Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A presente Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o Regime Jurídico da Actividade Comercial exercida de forma não sedentária para os vendedores ambulantes e feirantes, é uma proposta que, sobretudo, terá como grandes objectivos, simplificar as regras de acesso e do exercício da actividade dos vendedores ambulantes e feirantes.

Também tem como grande objectivo estabelecer os regimes de acesso ao exercício, articular melhor os seus procedimentos, facilitar todo o seu processo, nomeadamente através da notificação prévia, e continuará a ter a prerrogativa de conferir às Câmaras Municipais um conjunto de competências, não só em termos da sua localização, como também da autorização, instalação, proibição e restrição.

Permitirá, também, uma interligação forte com o processo de implementação do cadastro comercial, recentemente aprovado nesta Câmara e permite estender as regras legais de higiene e salubridade aos feirantes, em recintos fora daquilo que são conhecidos como os mercados municipais.

Permite, assim também concentrar num único diploma, um conjunto de legislação dispersa e com as várias vantagens.

Finalmente, é uma proposta que também se enquadra, perfeitamente, no próprio programa do Governo, no que respeita ao reforço de toda a actividade regulamentadora da actividade não sedentária, exercida por vendedores ambulantes e feirantes.

Estamos convencidos que com esta proposta aqui em discussão, se obterá mais um instrumento bastante importante, no sentido de melhorar tais actividades e também dar um contributo significativo ao desenvolvimento da Região.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, é só para dizer que o Grupo Parlamentar do PSD assume as propostas da Comissão.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Mário Machado.

Deputado Mário Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente o diploma em questão, porque entende que o mesmo tem, sobretudo, o mérito de sintetizar legislação dispersa.

Eu próprio, através de alguma experiência no sentido da aplicabilidade de medidas preventivas quanto a este tipo de venda, nomeadamente no caso da diferenciação entre venda ambulante e feirante, senti, e sentiram várias pessoas comigo, os problemas daí criados, principalmente na manutenção da sã e leal concorrência.

Daí que este diploma, ao sintetizar, tem também este mérito, além de obter pareceres tendencialmente favoráveis por parte dos parceiros e entidades que foram consultados.

Por outro lado, e após as explicações em Comissão por parte de algumas entidades e por parte do Sr. Secretário, foi posta de parte uma dúvida, nomeadamente quanto à capacidade de, por parte da Inspeção Económica, fiscalizar e pôr em campo uma adequada vigilância quanto a alguns candidatos a prevaricadores dentro desta área, foi dito que a Fiscalização Económica, mais uma vez, será chamada e será um... "guardador" das disposições aqui contidas.

Por outro lado, também foram questionadas responsabilidades acrescidas e que competem às Câmaras Municipais controlar, daí que se espera, para o bom

funcionamento dos mecanismos e dos canais de distribuição e da livre concorrência, que as Câmaras Municipais e as demais autarquias ponham em funcionamento regulamentos adequados para que, duma vez por todas, se ponha de parte algumas situações que vêm molestando não só munícipes, mas também empresários sedentários na nossa Região.

É isto que me competia dizer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Nós entendemos que esta Proposta de Decreto Legislativo Regional vem regulamentar, de forma clara, precisa e - pensamos - feliz, a actividade dos vendedores ambulantes e feirantes.

Consideramos que há aspectos que também são positivos, mesmo em relação ao articulado hoje existente, bem como determinadas precisões no que diz respeito à higiene, quer dos produtos e a sua salubridade, quer à própria higiene e salubridade dos próprios agentes deste comércio.

Pensamos que são dados que nós queremos relevar como positivos e que no conjunto deste articulado vai merecer o nosso voto favorável.

Presidente: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista informa que também assume as propostas da Comissão.

Não havendo mais intervenções, na generalidade, vamos votar este diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, mantêm-se como se encontram.

Secretário: A Proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à apreciação, na especialidade, deste diploma.

Para o Artigo 1.º a Comissão apresenta o aditamento dum n.º 3 e altera o próprio título deste artigo.

O n.º 3 proposto pela Comissão, diz o seguinte:

"O presente diploma aplica-se ainda à venda, de forma não sedentária, de artigos de artesanato, frutas e produtos hortícolas, de produção ou fabrico próprio":

Está aberta a discussão sobre este Artigo 1.º e a proposta de alteração introduzida pela Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É que devem ter reparado que a Comissão entendeu que se iria fundir o Artigo 1.º no Artigo 2.º, porque aparecia o Artigo 1.º com o título de "Objecto" e o Artigo 2.º com o título de "Âmbito". E depois da Comissão ter repensado essa questão, chegou à conclusão que seria de aditar esse n.º 3 ao Artigo 1.º e alargar, ou melhor, pôr no mesmo artigo, o objecto e o âmbito.

É a razão por que aparece essa adição do n.º 3 ao Artigo 1.º.

Pareceu-nos que mesmo tecnicamente, ficaria melhor reformulá-lo assim e deixar depois a restante matéria que estava no diploma original, no Artigo 2.º, com o título de "Exclusão", como depois V. Exas. passarão a ver.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, passamos a votar.

Votaremos em primeiro lugar o n.º 1 e o n.º 2 do artigo 1.º, conforme a sua versão original.

Os Srs. Deputados que concordam com este n.º 1 e n.º 2 do Artigo 1.º, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O n.º 1 e o n.º 2 do Artigo 1.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de aditamento do n.º 3 para este Artigo 1.º, conforme apresentado pela Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O n.º 3 foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artigo 2.º.

Para este artigo, para além da alteração de título - que é uma questão que chamo a atenção para a comissão de redacção - a Comissão propõe a eliminação do n.º 1 deste Artigo 2.º, conforme a sua redacção original.

Está aberta a discussão sobre este Artigo 2.º e as propostas de alteração.

Não havendo intervenções vamos votar.

Em primeiro lugar votaremos a eliminação do n.º 1 deste Artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam com a eliminação deste n.º 1 do Artigo 2.º, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O n.º 1 do Artigo 2.º foi eliminado por unanimidade.

Presidente: Votaremos agora o n.º 2 com as suas alíneas a), b) e c) deste Artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O Artigo 2.º, alíneas a), b) e c), foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para os Artigos 3.º e 4.º não há qualquer proposta de alteração apresentada pela Comissão. De maneira que ponho à discussão estes dois artigos, conforme o diploma original.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o Artigo 3.º, n.º s, 1 e 2, e o Artigo 4.º, n.º s. 1 e 2, mantêm-se como se encontram.

Secretário: Os Artigos 3.º e 4.º, n.º s. 1 e 2, foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artigo 5.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu verifico que neste artigo há uma proposta de alteração que nos vem do relatório da Comissão, em que se propõe que em vez dos cem metros propostos pela proposta inicial, se tenha 250 metros.

Eu gostaria que me explicassem a razão desta diferença.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo para esclarecer.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este foi um dos assuntos que foi bastante explanado e bastante discutido ao nível da Comissão.

A maioria dos Srs. Deputados, se a memória não me falha eu penso que terá sido até a totalidade, concordou, porque entenderam várias coisas. E uma delas é que os cem metros era uma distância relativamente pequena para que se pudesse fazer esse tipo de comércio, junto ao outro comércio, ou seja, o comércio retalhista e grossista.

Por outro lado, entendeu-se também que esses cem metros nunca seriam respeitados, como o Sr. Deputado sabe.

Não sei qual foi o Sr. Deputado, mas houve alguém que disse com uma certa graça, que os cem metros que aí apareciam, reduziam-se com certeza a cinquenta ou vinte, porque o feirante ou o ambulante punha-se ali, quase à porta do outro e depois se aparecesse a polícia, diria que estava a cem metros, a polícia diria que não estava e andaríamos naquilo.

Portanto, entendemos que, realmente, este tipo de actividade é legal e perfeitamente exequível, mas não deve ser feita à porta daquele comércio fixo e por isso, nós quando propusemos esta ideia dos duzentos e cinquenta metros, foi exactamente para que houvesse um certo espaço, pois ficámos - a nível da Comissão - todos com a ideia de que não irá ser respeitado, Sr. Deputado. Se calhar os duzentos e cinquenta irão parar aos cem que estão no diploma inicial. E se tivéssemos que deixar os cem, se calhar iam parar a vinte e teríamos outra vez o mesmo sistema, como o Sr. Deputado sabe tão bem como nós, ou seja, à porta dum loja ou dum estabelecimento estão os cavalheiros a vender as coisas.

Houve esta preocupação e depois do debate ao nível da Comissão, nós optámos por esta distância, porque nos pareceu perfeitamente razoável.

É esta a explicação que damos ao Sr. Deputado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Machado para intervir no debate.

Deputado Mário Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para prestar um pequeno esclarecimento, no sentido de referir que esta decisão foi também uma forma de se encontrar uma plataforma consensual, na medida em que o parceiro social que respondeu - a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores - preconizava uma medida que foi considerada exagerada e que se situava na ordem dos mil e quinhentos metros.

Por outro lado, atendendo a que este diploma vem quase em definitivo, se bem que ainda com uma certa permissividade, distinguir vendedor ambulante de feirante, pressupõe-se que o primeiro irá circular.

Nós constatámos, e é pena, que a Associação dos Consumidores não tenha dado parecer, pelo menos em tempo útil, porque - por incrível que alguns possam pensar - a Associação dos Consumidores tem-se batido um pouco contra o alastramento dos

vendedores ambulantes, na medida em que em algumas circunstâncias por eles justificadas, têm sido perniciosos para o consumidor.

Penso que, ao fixar-se os duzentos e cinquenta metros, os mesmos referem-se, exclusivamente, aos estabelecimentos que comercializam os produtos dessa venda ambulante.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Nós consideramos que se atendermos aos interesses, por exemplo, das cidades e até, vamos lá, das grandes cidades da nossa Região, o caso de P. Delgada, de Angra do Heroísmo e da Horta, os duzentos e cinquenta metros seriam perfeitamente razoáveis. No entanto, estamos a legislar para toda a Região. E estamos a legislar para situações em que inclusivamente as próprias Câmaras Municipais poderão fixar espaços para determinadas vendas.

A nossa preocupação prende-se, fundamentalmente, com os agregados pequenos.

Estou por exemplo a ver as nossas vilas rurais, em que duzentos e cinquenta metros é praticamente fora das ruas principais das vilas onde existe o centro de comércio.

Ora, estou a olhar ali para o Sr. Deputado Hélio Pombo e estou a lembrar-me do Corvo, por exemplo. E estou a pensar que esta imposição no Corvo vai obrigar, no caso de aparecer lá algum ambulante, que o mesmo terá que sair da vila para poder exercer a sua venda.

(Risos da Câmara)

Os Srs. Deputados estão a rir, mas isto é a realidade.

Por isso, nós pensamos que primeiro devemos estabelecer regras para serem cumpridas - e não concordo com o que disse o Sr. Deputado Victor Evaristo, ou seja, que quando se põe duzentos e cinquenta metros é para serem cem. Não senhor!

Quando se diz duzentos e cinquenta é para ser isso mesmo. E quando se diz que é cem é para ser cem. Por outro lado, pensamos que teríamos que harmonizar este articulado com a realidade da nossa Região. E essa realidade não é apenas P.

Delgada, Angra do Heroísmo ou Horta, é uma realidade que todos nós conhecemos e que, de facto, no articulado legal temos que fazer esta articulação com as realidades.

De modo que nós pensamos que a proposta inicial era preferível em relação a estes duzentos e cinquenta metros.

Por outro lado, dá-nos a impressão que este Decreto poderá até vir colmatar determinados aspectos e determinadas preocupações das associações de consumidores. Pois se se vem aqui determinar regras que têm de ser cumpridas, essencialmente aquelas do capítulo da higiene e da salubridade, é evidente que poderão ser salvaguardados os interesses dos consumidores, na medida em que sob o aspecto jurídico-legal, o que diz respeito à qualidade, já está legislado e pode ser fiscalizado.

De modo que dá-nos a impressão que não seria necessária tanta preocupação em relação a essas matérias e que, efectivamente, concordamos que haja um determinado espaço, pensamos que os cem ou cento e cinquenta metros é razoável, em relação a vendas semelhantes, mas mais do que isso, para nós, é preocupante.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Mário Machado.

Deputado Mário Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu peço desculpa ao Sr. Deputado Paulo Valadão mas acho que acabou de levantar um falso problema, na medida em que a distância só tem a ver com os estabelecimentos onde esses produtos não sejam comercializados.

A venda ambulante tem mérito comercial e até empresarial, não podendo ser exercida porque entreposta pessoa, trata-se, para todos os devidos efeitos, dum empresário em nome individual.

Sendo empresário, é óbvio que ele próprio, não estará interessado numa forma de concorrência que, sendo em certa medida desleal, poderá vir ou não a ser favorável, economicamente.

Daí que, se existe à partida uma situação de comércio sedentário minimamente rentável e quanto mais pequena for uma localidade, mais necessidade - para bem do funcionamento desses mesmos canais de distribuição - há que defender esta situação do comércio a retalho estabelecido.

Por outro lado, gostaria de referir que a posição da ACRA tem a sua razão de ser, porque além de situações e dificuldade de controle, nomeadamente em termos de especulação de preços, há a dificuldade de controle nas condições higio-técnico-sanitárias.

Eu dou-lhe o exemplo do caso da venda de fruta pré-frigorificada nas freguesias. E gostaria de saber quais são as condições e quais são os vendedores ambulantes que neste momento comercializam fruta nas devidas condições, levantada do chão, com os tabuleiros adequados, com a pesagem adequada, calibragem e frigorificação.

Daí que, com alguma razão, a ACRA venha em defesa do consumidor, porque até teme que um certo mercenarismo nessa questão, possa vir amanhã, com o desaparecimento do vendedor ambulante ou do comércio sedentário, a dar-se uma situação de especulação por monopólio de situação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma segunda intervenção.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado, de qualquer maneira não me convenceu, porque estamos até de acordo que o comércio estabelecido tem que ser defendido. Mas também pensamos que os feirantes e ambulantes têm que ser defendidos.

Portanto, são actividades que no fundo se completam, são actividades que vão estimular a livre venda dos produtos e na sociedade actual pensamos que é salutar esse modo de actividade de uns e doutros.

De modo que em nosso entender, tem que haver de ambos os lados, a intervenção activa e aí quem vai beneficiar são os utentes desses serviços, ou seja, os consumidores.

Dá-nos a ideia de que se esta legislação for cumprida, como nós desejamos que seja, e queremos fazer fé na intenção do Governo ao querer legislar sobre esta matéria e, sobretudo, numa área que também tem responsabilidades sobre a fiscalização, este articulado é para ser, efectivamente, cumprido.

Se atendermos por exemplo, ao Artigo 7.º, 8.º e seguintes, verificamos que há todo um conjunto de medidas no sentido de que esta actividade estará em condições de actuar e de ser fiscalizada, por forma a que possam beneficiar com ela todos os utentes.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude e Emprego para uma intervenção.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (Gaspar da Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de referir alguns aspectos, em face do que ouvi aqui, porque me apercebi que houve pelo menos uma das entidades que não respondeu à Comissão, mas antes respondeu ao Governo, pois como é óbvio, o Governo antes de aprovar a Proposta, também solicitou os pareceres das Câmaras Municipais, da Câmara do Comércio e da Associação de Consumidores.

Como a Associação de Consumidores deu o seu parecer na altura - a 14 de Julho de 1993 - ao Governo e como eu me apercebi agora que não respondeu à Comissão, eu entregaria à Mesa essa resposta. Se a Mesa entender conveniente e que pode trazer algum esclarecimento ao Plenário sobre essa matéria, entregaria então uma cópia dessa informação.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Manuel Brasil pede a palavra para intervir no debate?

Deputado Manuel Brasil (PSD): Para prestar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu penso que em relação a esta questão da distância que está fixada, o Sr. Deputado Paulo Valadão está a levantar em certo sentido uma falsa questão. E isto, porque está a confundir feirantes com vendedores ambulantes.

Ora, feirantes e vendedores ambulantes são duas coisas distintas. Os feirantes têm lugares destinados para realizar as suas feiras e os vendedores ambulantes não têm.

Por outro lado, o Sr. Deputado valeu-se dum extremo, que foi o Corvo, mas os extremos, extremos têm.

O Sr. Deputado acha que é justo que vá um vendedor de outra ilha ao Corvo, plantar-se na frente dum estabelecimento fixo, a vender os seus produtos, estando o comerciante do Corvo com os seus produtos meses à espera do comprador que os vá lá comprar?

Portanto, penso que esta é apenas uma falsa questão levantada e uma confusão de ideias do Sr. Deputado.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Não é confusão nenhuma!

É uma realidade que existe!

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais intervenções sobre esta matéria vamos votar.

Vamos votar em primeiro lugar a alínea d) do n.º 1 do Artigo 5.º, ou seja, a alínea para a qual a Comissão apresenta uma proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração para esta alínea d) do n.º 1 do Artigo 5.º, conforme proposto pela Comissão, mantêm-se como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda, faz o favor de se sentar.

Secretário: A alínea d) do n.º 1 do Artigo 5.º foi aprovada com 26 votos a favor do PSD, 19 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente e registou 1 voto contra do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós votámos contra, porque pensamos que é um absurdo exigir que a actividade de feirante e duma maneira geral do ambulante, seja a duzentos e cinquenta metros de estabelecimentos que vendam produtos similares. Isto, porque aquilo que foi aprovado aqui, é perfeitamente claro e diz que é proibido vender produtos a menos de duzentos e cinquenta metros.

Efectivamente, se os produtos vendidos nos estabelecimentos são semelhantes, é evidente que um local fixo, mesmo duma autarquia local, não vai poder vender

produtos iguais a um estabelecimento que esteja a menos de duzentos e cinquenta metros.

Presidente: Iríamos agora votar as alíneas a), b), c) e e), bem como o corpo do n.º 1 e o n.º 2 do Artigo 5.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: As alíneas a), b), c) e e), o corpo do n.º 1 e o n.º 2 foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos aos Artigos 6.º, 7.º e 8.º para os quais não há nenhuma proposta de alteração apresentada pela Comissão.

Está aberta a discussão sobre estes artigos.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o Artigo 6.º, n.º s. 1, 2 e 3, Artigo 7.º, n.º s. 1, 2, 3, 4 e 5 e Artigo 8.º, n.º s. 1, 2 e 3, mantêm-se como se encontram.

Secretário: Os Artigos 6.º, n.º s. 1, 2 e 3, 7.º n.º s. 1, 2, 3, 4 e 5 e 8.º. n.º s. 1, 2 e 3 foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artigo 9.º para o qual a Comissão apresenta uma proposta de aditamento dum n.º 3 que diz o seguinte:

"Os vendedores ambulantes e feirantes de artigos de artesanato, frutas e produtos hortícolas de produção ou fabrico próprio, estão isentos da apresentação de documentos a que se refere a alínea d) do n.º 1".

Está aberta a discussão sobre este Artigo 9.º, n.º s. 1 e 2 e esta proposta de aditamento do nº3, apresentada pela Comissão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de aditamento do nº3 para o Artigo 9.º, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O n.º 3 do Artigo 9.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votaríamos então o n.º 1 com o seu corpo do artigo, bem como as alíneas a), b), c) e d), o n.º 2 corpo do artigo mais as alíneas a), b), c) e d).

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O n.º 1 e as alíneas a), b), c) e d), bem como o n.º.2 e as alíneas a), b), c) e d) do Artigo 9.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para os Artigos 10º, 11º, 12º, 13º e 14º não há qualquer proposta de alteração.

Portanto, submeterei à apreciação este conjunto de artigos.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o Artigo 10.º - com os seus n.º s. 1, 2 e 3 - o Artigo 11.º - com o seu n.º 1, alíneas a), b) e c), bem como os n.º s. 2, 3 e 4 - o Artigo 12.º - com os seus n.º s. 1, alíneas a), b) e c), n.º s. 2 e 3 - o Artigo 13.º - n.º s. 1 e 2 - e o Artigo 14.º - n.º s. 1 e 2, bem como as alíneas a), b) e c) e n.º 2 - mantêm-se como se encontram.

Secretário: Os Artigos 10.º, 11.º, 12.º, 13.º e 14.º e respectivas alíneas e números já mencionados, foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o Artigo 15.º a Comissão apresenta uma proposta de alteração para o n.º 1, corpo do artigo, e também para o n.º 2 que são as seguintes:

Em relação ao corpo do nº1 diz: "Poderão os municípios regulamentar o disposto no presente diploma, nomeadamente".

Em relação ao n.º 2 diz: "O exercício das competências previstas no número anterior é precedido de audição dos organismos sindicais do sector, da Câmara do Comércio e Indústria e das Associações de Consumidores".

Está aberta a discussão sobre este Artigo 15.º com as propostas de alteração apresentadas pela Comissão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O Artigo 15.º, n.º s. 1 e 2, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votaríamos agora as alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 do Artigo 15.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: As alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 do Artigo 15.º, foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artigo 16º para o qual não há qualquer proposta de alteração.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o Artigo 16.º, n.º 1, com as suas alíneas, nº2 e as suas alíneas e n.º 3, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O Artigo 16º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o Artigo 17.º, propõe a Comissão a seguinte proposta de alteração, para o n.º 1:

"A investigação e a instrução dos processos por contra-ordenações previstas no n.º 1 do Artigo 16.º competem aos Serviços de Inspeção Económica que, nomeadamente, também instruirão os processos, ainda que os autos de notícia sejam levantados por outras entidades competentes".

Está à discussão esta proposta de alteração e o artigo, conforme o diploma original.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo para uma intervenção.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Comissão entendeu, até por unanimidade, a alteração deste artigo, porque na redacção inicial do n.º 1, atribuía-se apenas competências a autoridades policiais. Isto estava um pouco vago.

Além do mais, a Comissão entendeu depois de discutir o assunto, que as próprias autoridades policiais, nomeadamente a PSP, por vezes não teriam capacidade para proceder à investigação e instrução dos processos.

Portanto, sem retirar a capacidade do levantamento dos autos-notícias a todas essas entidades policiais, levantar-se-ão os mesmos e depois as mesmas entidades policiais remeterão os processos para a inspeção das entidades económicas que para além de também levantar os autos-notícias, procederá à sua investigação e instrução, porque normalmente tem jurista que tem maior aptidão para a investigação e instrução dos processos.

Foi essa a razão que levou a Comissão a adoptar esse procedimento.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração para o nº1 deste Artigo 17º, conforme a Comissão, mantêm-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração para o n.º 1 do Artigo 17.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votaríamos, então, o n.º 2 e o n.º 3 deste Artigo 17.º, conforme a proposta original.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O n.º 2 e o n.º 3 do Artigo 17.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Em relação ao Artigo 18.º, 19.º, 20.º e 21.º, não apresenta a Comissão qualquer proposta de alteração.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com os Artigos 18.º, 19.º, 20.º e 21.º, mantêm-se como se encontram.

Secretário: Os Artigos 18.º, 19.º, 20.º e 21.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passaríamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, mantêm-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Agradecia à Comissão de Economia, Finanças e Plano que procedesse à redacção final deste diploma.

Srs. Deputados, estamos a chegar à nossa hora regimental.

Vamos suspender os nossos trabalhos por hoje e recomeçá-los-emos amanhã, pelas 3 horas da tarde, com a seguinte ordem de trabalhos:

Continuaremos com a parte não completada hoje da ordem de trabalhos que estava assinada para esta Sessão e ainda se incluirá os seguintes diplomas:

- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Medidas Cautelares das Bacias Hidrográficas das Lagoas pertencentes ao Domínio Lacustre da Região"
- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Estatuto das Vias de Comunicação Terrestres da RAA".
- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Aplicação do Decreto-Lei N.º 394/93, de 18 de Novembro - Criação de Quadros de Zona Pedagógica dos Açores".

- Ante-Proposta de Lei sobre "Alteração da Lei N.º 20/92, de 14 de Agosto".

É esta a nossa ordem de trabalhos para amanhã.

Ficam encerrados por hoje os nossos trabalhos. Retomá-los-emos amanhã pelas 15,00 horas.

Muito boa noite e muito obrigado.

(Eram 20,00 horas)

*(Deputados que entraram durante a Sessão: **PSD** - Victor Evaristo; **PS** - António Silva Melo, Rui Pedro Ávila)*

A Redactora de 2ª Classe: *Ana Paula Garcia de Lemos e Nazaré*